



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2021 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 14 DE JANEIRO DE 2022**

-----Aos catorze dias do mês de janeiro de 2022, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas 21h00, a segunda reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### -----**5. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Víctor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patricia Narciso Faria Lopes, Pedro Miguel Pinto Mendes, Francisco Manuel Soares Cordeiro e Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho. -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, Paulo do Carmo de Sá Caetano, e António Fernando Amiano Marques e Catina Saloio Ribeiro Faneca -----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marília Melo Montanha

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) - Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - Jaime Vaz dos Santos.-----

-----A Deputada Municipal Independente - Anabela Ribeiro Pinto da Rocha. -----

-----Compareceram ainda, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sérgio Fidalgo Carvalho, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes dos Santos, e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz. -----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como a todo o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa, desejando a todos, neste primeiro encontro de 2022, um ano de 2022 repleto de saúde e de felicidade para todos. -----

-----Justificou em seguida as ausências da Deputada Paula Rodrigues que se fazia substituir pelo Deputado Francisco Cordeiro, bem como o Deputado Rui Rodrigues que se fazia substituir pela Deputada Ida Carvalho e a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia que se fazia representar pelo Secretário Sérgio Fidalgo Carvalho.-----

-----Igualmente a Deputada Luisa Carvalho que era substituída pela Deputada Catina Faneca e a Deputada Andredina Cardoso substituída pelo Deputado António Marques.-----

-----Justificou ainda a ausência do Deputado Carlos Macedo que era substituído pelo Deputado Jaime Vaz dos Santos. -----

-----Informou em seguida que tanto a Sra. Catina Faneca da Bancada do PS como o Sr. Jaime Santos da Bancada do BE, Por se tratar da primeira vez que estavam presentes nesta Assembleia, foi verificada a legitimidade e a respetiva identidade como eleitos, que após confirmada, foram ambos investidos nas suas funções de Deputados da Assembleia Municipal. -----

-----O Presidente da AMS desejou ainda os votos de um bom trabalho aos novos Deputados e que a participação de ambos fosse profícua aos trabalhos desta Assembleia. -----

-----Em seguida, justificou também a ausência do Vereador Néilson Pólvora que havia comunicado que por mera precaução não estaria presente na sessão mas que iria acompanhar os trabalhos através da transmissão em direto. -----

-----Agradeceu depois o apoio e a colaboração do Gabinete de Apoio à Presidência e à Proteção Civil na testagem realizada antes do início da sessão para que pudessem estar todos ali em maior segurança. Apelou para que mantivessem ainda assim as orientações de segurança, como o uso da máscara e que evitassem a circulação pela sala. -----

-----Informou também que a reunião conjunta de todas as comissões prevista para o dia 21 de janeiro, sobre a Estratégia Local de Habitação (ELH) seria alterada para dia 20, às 21h00. Justificou que o Cineteatro Municipal já teria as sessões de cinema a funcionar, nesse dia inclusive, e que após consultada a Comissão de Líderes e a Vereadora Felicia Costa, haviam decidido alterar a data da reunião para não privar a população de mais um dia de acesso à fruição das atividades culturais. -----

-----Referiu que juntamente com a convocatória da reunião, seguiu também o *link* de acesso à PAMS, onde constava toda a documentação recebida referente à ELH, inclusive a ata da reunião conjunta de todas

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

as comissões realizada no dia 26 de julho de 2021. -----

-----Por fim, informou que no próximo mês teriam a sessão ordinária do mês de fevereiro, e estavam a apontar o dia 18 para a realização da mesma, e oportunamente receberiam a convocatória oficial. Essa sessão teria de ser, à partida, desdobrada, porque teriam vários pontos, nomeadamente a ELH, a Atividade Municipal, a apresentação de documentos do Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), e normalmente costumavam também ser incluídos os Projetos da Assembleia Municipal de Jovens (AMJ) e as Cores da Cidadania. -----

-----Iniciou em seguida o “**Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos**” informando no entanto, que não recebera qualquer pedido de intervenção por parte dos Cidadãos e Cidadãs presentes. -----

-----Prosseguindo os trabalhos cedeu a palavra à Deputada Anabela Rocha que apresentou o seguinte protesto:-----

-----“ *Em primeiro lugar é um protesto por não ter sido agendada a reunião de revisão do regimento, nomeadamente para incluir os deputados independentes, apesar de eu ter entregado uma proposta de revisão já no dia 18 de outubro. Ouvei agora as reuniões que estão planeadas e parece que lamentavelmente esta ainda não é uma delas.* -----

-----*Em relação à Câmara Municipal gostaria de apresentar um protesto pela ausência de resposta a uma série de requerimentos de informação que fiz, há um mês e mesmo há dois, nomeadamente:-----*

-----*Sobre processos urbanísticos em curso, por exemplo: documentos que justificam o direito que foi dado a determinadas pessoas para construir em espaço de transição, um direito dado a muitas poucas pessoas;-----*

-----*Plantas de Localização de Licenciamento aprovados sem que estas fossem públicas, tendo sido divulgado apenas uma localização vaga que levanta dúvidas sobre o enquadramento em PDM;-----*

-----*Índice, construção e direito a determinado número de pisos em licenciamentos que levantam dúvidas quanto ao seu enquadramento em PDM;-----*

-----*Uma comunicação prévia em Fetais, para uma moradia com mais de 400 metros quadrados, que não veio a reunião de Câmara;-----*

-----*Um empreendimento turístico em Palames, licenciado sem parecer do ICNF, quando a lei o obriga;-----*

-----*Na Augi 40-A, há a aprovação de um projeto de arquitetura ao posto de regulamento do loteamento, nessa mesma Augi há aumento dos fogos sem que seja clara qual a densidade habitacional, a compensação para o domínio público ou aumento dos lugares de estacionamento ou não;-----*

-----*Esclarecimentos também sobre o muro de betão na Capela de São Sebastião;-----*

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----*Esclarecimentos sobre as condições do embargo feita uma moradia com cave na Lagoa de Albufeira antes que se esgote o prazo deste embargo e não existam consequências para o proprietário;* -----

-----*Também sobre o procedimento de uma obra que não cumpre a exigência de germinação arquitetónica e abre uma fachada cega na Lagoa de Albufeira;* -----

-----*Esclarecimentos sobre processos a decorrer contra a Câmara levantados pelo ICNF por construções na Arrábida e Por que razão foi incorporado recentemente no PDM um plano costeiro de 2003 quando existia um para a mesma costa de 2019.”* -----

-----*Relativamente à ELH e políticas de habitação, levantei as seguintes questões: contrato que foi feito com a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) para consultoria na ELH, não é público e não está no portal dos contratos públicos;* -----

----- *O protocolo que foi feito em 2009 com a Efimóveis – Imobiliária, S.A para a Cotovia-Parque, nomeadamente uma explicação porque é que se passou de 194 fogos a custos controlados em troca da oferta do terreno, para 110 fogos na ELH e ainda com oferta de menos fogos em percentagem à Câmara, sendo que a Câmara pode reverter a oferta do terreno por ultrapassagem dos prazos e fazer ela mesma os fogos com concurso publico muito mais transparente;*-----

-----*Em relação ao Bloco da Mata, o que foi acordado com os 15 proprietários que lá tem frações, uma vez que o edifício esta a ser reconstruído com dinheiros públicos;* -----

-----*Existindo uma larga maioria de proprietários privados podia a câmara ter recorrido aos fundos a que recorreu apenas para prédios devolutos e habitação social?*-----

-----*Também fiz questões relativamente aos serviços da câmara: Os relatórios de qualidade feitos pela APCER quanto aos serviços da câmara que foram feitos em 2009 2010 2011 e 2018, para se auferir quais os problemas estruturais que eventualmente existem e quais os que evoluíram positivamente uma vez que decorre nova avaliação pela mesma entidade, assim como a publicação desses contratos com a APCER no portal dos concursos públicos.* -----

-----**Interveio o Presidente da AMS** que alertou a Deputada Anabela Rocha que de acordo com o Regimento, os protestos tinham a duração máxima de 3 minutos. -----

-----**A Deputada Anabela Rocha** retorquiu dizendo que era do interesse de todas as bancadas e de todos os munícipes saber quais eram as questões a que a CM não respondia. -----

-----**O Presidente da AMS** disse que também era do interesse de todos que fosse cumprido o Regimento da AMS, e em seguida indicou que a Deputada prosseguisse com o seu protesto. -----

-----De seguida, A Deputada Anabela Rocha deu continuidade ao seu protesto:-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----As atas do Conselho Coordenador de avaliação do pessoal para se perceber se existem serviços recorrentemente com pessoal com boas ou más avaliações e se tem reflexo no serviço prestado ou não assim como se há serviços que não se deixam escrutinar;-----

-----Ainda relativamente aos serviços da Câmara: Os planos de atividades e respetiva monitorização dos seus objetivos exigido por lei a todos os departamentos e divisões; ações de melhoria, coisa que está muitíssimo aquém no Relatório Atividade Municipal que hoje vamos avaliar fazendo com que “n” serviços não estejam a ser escrutinados, nomeadamente aqueles em relação aos quais foi aprovado o maior aumento de pessoal sem que se saiba exatamente porquê.-----

-----Relativamente às Finanças da Câmara: O relatório da visita Pedagógica feita pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em abril de 2021, lembrando que este Concelho só fez duas visitas, muitas poucas como é habitual por ano e escolheu esta Câmara como uma delas.-----

----- Ainda relativamente às finanças, os relatórios de todas as auditorias da Inspeção-Geral de Finanças desde 2007, e ainda vou relativo às finanças, relatório de serviços prestados por particulares que aparecem nos documentos do orçamento 2020, os respetivos contratos.-----

----- Relativamente ao Ordenamento do território: relatórios anuais da coordenação do projeto AUGI dos últimos 10 anos, assim como a ata da reunião recente com a fiscalização Municipal também os relatórios anuais do projeto PDM dos últimos 10 anos e documentos sobre o diálogo com a APA relativamente à delimitação concelhia da rede ecológica nacional e sobre se esta estará delimitada para instrução da revisão do PDM a 31 de março de 2022 data limite. E, por fim, Se a câmara está na disponibilidade de realizar o desassoreamento da boca Sul da Lagoa sob orientação da APA antes da próxima época balnear e também se está disposta a ceder um lote que esteja identificado no Pula para serviços como estacionamento, um serviço mini bus para a praia e também se existe uma carreira prevista para a praia da lagoa na época balnear.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Presidente da AMS**, que disse que não referiu a agenda da Comissão de Líderes, mas naturalmente que a mesma estava a reunir e a trabalhar na revisão do Regimento, e obviamente que as propostas de alteração da Deputada estavam a ser analisadas a seu tempo, e se um dia a Comissão considerasse necessário a presença da Deputada numa das reuniões, certamente que a mesma seria convocada para tal.-----

-----Logo após, dando início ao Período da Ordem do Dia (POD), com o **5.º Ponto da ordem de trabalhos: “Apreciação da Atividade Municipal”** explicou que no regimento em vigor estava definido 10 minutos de intervenção para cada grupo político para a colocação de questões ao executivo e depois o

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

tempo de resposta da Câmara Municipal seria idêntico àquele utilizado pelas bancadas. Acrescentou que apesar de o Regimento referir “grupo político”, foi entendimento numa das reuniões da Comissão de Líderes que a Deputada Independente Anabela Rocha tivesse também direito aos mesmos 10 minutos para a colocação de questões.-----

-----Em seguida, declarou aberto o período de questões dos deputados relativamente à Apreciação da Atividade Municipal.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que cumprimentou todos os presentes e os que assistiam *online*, desejando um bom ano cheio de saúde e esperança no futuro.-----

-----De seguida, referiu que foi aprovado o orçamento e que entendiam que estava na altura de fazer um ponto de situação sobre os grandes investimentos que já estavam em curso e os que se iriam desenrolar, nomeadamente o Tribunal de Sesimbra, a Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, as Unidades de Saúde de Sesimbra e da Quinta do Conde, a Capela de São Sebastião, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) na Azóia, a UB10 na Quinta do Conde, o Bloco da Mata e a Mata da Vila Amália. -----

-----Congratulou em seguida a Comissão de Utentes de Saúde de Sesimbra pelo início do novo mandato. Congratulou também a campanha de testagem que a câmara tinha vindo a fazer de forma maciça à população, porque achava que era uma medida muito importante com a qual se congratulavam.-----

----- Perguntou se havia a possibilidade fornecer o número de infetados que havia atualmente no Concelho de Sesimbra e se de facto as campanhas de testagem tinham vindo a ser encaradas por parte dos profissionais de saúde como de grande utilidade no sentido de rastreio de novos casos. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que desejou uma boa noite a todos os presentes e aos que estavam em casa a assistir, desejando um ano de 2022 bastante melhor do que o de 2021. -----

----- Referiu em seguida que, de acordo com a Atividade Municipal, o Presidente da CM, no dia 18 novembro, havia reunido com a empresa YME sobre um projeto de energia para Sesimbra, e solicitou que o Sr. Presidente esclarecesse sobre o assunto que tinha sido discutido nessa reunião. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e os que acompanhavam a sessão à distância, e desejou também um excelente ano de 2022. -----

-----Logo após, relativamente à reunião realizada no dia 16 de novembro com o Presidente da CM com o tema “Master Plan da Quinta da Areia”, disse que já tinha falado com várias pessoas e não tinham qualquer informação sobre este projeto. Perguntou que informações podiam fornecer e se era com a Empresa de Arquitetos Saraiva e Associados ou se ainda havia algum resquício da empresa Pelicano.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Sobre a reunião de dia 30 de novembro com a Empresa Mercadona, perguntou se estava em vista outra grande superfície comercial para o Município, e relativamente à atividade da Vereadora Argentina Marques, sobre a reunião de 18 de novembro para a constituição de uma associação para o turismo, perguntou que informação é que podiam ter sobre este propósito e esta iniciativa que parecia válida e gostariam de saber mais alguma coisa sobre a mesma.-----

-----Por fim, relativamente ao incêndio no Restaurante Bar do Peixe, disse que que foi um evento infeliz para o município todo que se revia naquela instalação, e percebiam que tinha havido uma reunião a 19 de novembro com vários funcionários do Município, com a Vereadora e também com o Vereador Néilson Pólvora. Perguntou que tipo de apoio podia a Câmara Municipal dar numa situação destas e o que é que podiam fazer, porque estavam a falar de uma infraestrutura turística muito conhecida ativa e chamativa para o Conselho e obviamente que gostariam de ver alguma solução. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Jaime Santos** que após cumprimentar todos os presentes, criticou o formato do documento apresentado, dizendo que era absolutamente dissuasor de uma análise correta. Referiu que na escola tinha aprendido que um relatório ou qualquer documento devia ter principio, meio e fim, não devia ser um “emaranhado” de documentos dispersos. -----

-----Acrescentou que se isto fosse o trabalho para casa (TPC) de qualquer disciplina do secundário, tinha negativa. Queria acreditar que o próximo relatório da Atividade Municipal seria melhorado. Perguntou para que servia a descrição das reuniões ocorridas se não se escrevia uma linha sobre os assuntos abordados, e também para que servia informação de participação de membros do executivo em aniversários ou outras comemorações. -----

-----Referiu que os relatórios de cada área do município deviam estar uniformizados, pois se não dessem prioridade à informação relevante, parecia que tinham muita informação para não ter informação nenhuma. -----

----- Disse também que o excesso de informação não tratada dava a sensação de informação que não era real e podia tornar-se desinformação.-----

----- Relativamente à apreciação da Atividade Municipal, sobre a reunião com a Empresa Mercadona, disse que gostava de saber o teor da reunião, e perguntou se pretendiam montar uma loja no Concelho e onde, se na Freguesia do Castelo ou da Quinta do Conde. Na Freguesia de Santiago em princípio não seria porque já não havia espaço.-----

-----Disse em seguida que a revisão de obras tinha estado parada no calendário apresentado nos últimos 3 meses do ano, pois não tinha qualquer atividade sobre o que se havia passado, mas isto era um

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

debate antigo.-----

----- Perguntou qual era o critério de financiamento das IPSS's, escolas de samba e dos grupos desportivos, e referiu que no balancete que apresentavam era difícil de perceber que subsídios eram dados e a que instituições. Nesse sentido solicitou que fosse entregue a todos os deputados uma listagem dos montantes transferidos para todas as associações, coletividades e IPSS's ao longo dos 3 últimos exercícios. Acrescentou que certamente que o Executivo não tinha essa informação neste momento mas para que fosse possível fazer uma análise mais correta, solicitava que este pedido fosse inscrito em ata e que fosse tomada nota do mesmo. Seria um mapa simples com todas as instituições do Concelho que receberam transferências diretas do Município de qualquer natureza para poderem ser distinguidas as diferentes classificações ao longo dos últimos 3 meses. -----

----- No âmbito da resposta à Covid-19, perguntou que critério foi definido para que algumas organizações, nomeadamente IPSS'S, tivessem recebido verbas diferenciadas para resposta à pandemia, e se existiram outras que não receberam qualquer apoio neste âmbito. -----

-----Disse que não queria deixar passar esta oportunidade para criticar a atuação da Câmara Municipal na resposta à pandemia. Não que não tivessem tomado iniciativas importantes e necessárias em determinados momentos, mas por comprovadamente ter assumido sempre uma atitude mais reativa do que preventiva. Várias vezes, só em função da evolução dos acontecimentos foram tomadas medidas mais concretas. Só quando assumida a liderança nos casos do Distrito é que se viram tomadas decisões mais concretas, em oposição ao que havia ocorrido em outros concelhos do Distrito, por exemplo Setúbal que fazia testes desde julho e tinha um ponto de amostragem constante e Sesimbra fazia de forma avulsa e apenas quando agravamento de contágio já era uma realidade. -----

-----Uma dessas atuações reativas foi o cancelamento apenas na véspera das Festas da Liberdade ou das comemorações de rua da passagem de ano ou a falta de definição do que ia acontecer no Carnaval. Acrescentou que para os Municípios e para as atividades económicas pior que uma decisão era uma indecisão, pois não tinham como se preparar para aquilo que desconheciam. -----

-----Por fim, recordou que em fevereiro do ano passado, o BE, em assembleia apresentou uma recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra para que a mesma envidasse todos os esforços junto das autoridades de saúde no sentido de promover a criação de novos postos de testagem à Covid-19, e que potencia-se a identificação precoce de surtos recorrendo à massificação de testes rápidos com extensão. Essa recomendação foi reprovada a abstenção do MSU e os votos contra da CDU e do PSD, mas o tempo tinha vindo dar-lhes razão, e nesse sentido gostaria de saber que medidas tinha a Autarquia pensadas e

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025





## Assembleia Municipal de Sesimbra

programadas para o combate à pandemia nos tempos mais próximos. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Anabela Rocha** que começou por dizer que este relatório deveria ter sido entregue até dia 20 de outubro e foi entregue com 2 meses de atraso. Era fundamental ter sido discutido antes da aprovação do mapa de pessoal para este ano já que o mesmo representava um aumento de 19% de trabalhadores. Referiu que o próximo Relatório da Atividade Municipal deveria chegar até dia 20 Janeiro, ou seja daqui a 6 dias, e isto mostrava como as coisas aqui andavam um bocadinho “desfasadas”. -----

----- De seguida, disse que contava 23 departamentos, divisões, gabinetes e projetos que não apresentaram qualquer relatório, por exemplo o Departamento do Ordenamento do Território e Urbanismo em que só a Direcção-Geral de projetos urbanísticos apresentava uma lista, um Departamento que tinha um orçamento de 1,4 milhões de euros e que não apresentava relatórios de divisões. -----

-----Eram relatórios muito díspares, sem planos de melhoria, algumas divisões sem planos de monitorização de objetivos e nenhuma mencionava as reuniões de coordenação com a auscultação de todos os trabalhadores a que a lei obrigava, ao contrário do que tinha sido respondido a um requerimento da própria, não dava resposta ao Despacho 175/2019 que obrigava a tudo isto. Também não havia nenhum relatório sobre as contratações de serviços e bens a particulares que representavam em avenças 500 mil euros por ano e em trabalhos especializados 100 mil euros. -----

-----Falava-se de novos protocolos e de uma ou outra renegociação no entanto eles não eram públicos e não estavam disponíveis no *site* da Câmara, em específico sobre o que era apresentado. -----

-----Referiu que a Direcção-Geral do Património dizia: *“acompanhamento na medida do possível das movimentações físicas dos bens móveis e respetiva atualização do inventário”*, e lembrou que ainda não era público o inventário de 2019 aprovado em maio de 2020 e que estava a decorrer um processo de averiguações do Ministério Público e Tribunal de Contas relativas a inventario de 2016, sobre a forma não segura com que os bens móveis tinham sido avaliados bem como a sua depreciação e mesmo a forma como era dada baixa visto não se saber se era por extravio, roubo ou avaria. Também não havia lista de Imóveis nem de obras em curso da propriedade da Câmara.-----

-----Acrescentou que os bens móveis que estavam aqui em causa, nomeadamente ferramentas, instrumentos e todo tipo de objetos correspondiam a dezenas de milhões de euros e não sabia exatamente quanto valiam nem porque é que desapareciam. -----

----- Relembrou que no ano de 2019, o Ministério Público abriu mais de 70 processos de averiguação a seu pedido como era do conhecimento de algumas pessoas, e à exceção de cerca de 15 que invocavam

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

uma lei que ainda não tinha entrado em vigor à data dos factos, todos os outros haviam sido arquivados com os argumentos de aceitar as respostas da Câmara sem qualquer fundamentação documental, até porque ela não existia, de aceitar promessas futuras da Câmara de correção de ilegalidades, que ainda não tinham sido cumpridas, de aceitar como temporárias as dificuldades informáticas na plataforma de contratação pública, que se repetiam e continuavam a repetir-se, que o Executivo Camarário era um órgão unipessoal para o eximir de responsabilidades enquanto órgão coletivo, que o Ministério Público não tinha meios para localizar habitações que tinham sido identificadas rigorosamente no *Google Maps* e que não era da sua competência fiscalizar dezenas ou mesmo centenas de habitações construídas ilegalmente que a câmara não fiscalizava nem ordenava. -----

-----No entanto, apesar de tudo isto, este processo relativo ao inventário continuava, e quando se dizia que se acompanhava os bens móveis na medida do possível num relatório em que muitos dos serviços que os usavam não apresentavam sequer relatório, ficava-se com a ideia que não era só os bens móveis que a câmara não tinha mão, era também no pessoal que os usava. Estando a entrar num ano em que “chovia dinheiro”, isto era muito grave. Perguntou se era assim tão difícil responsabilizar e avaliar as chefias de acordo com a gestão dos bens móveis.-----

----- Sobre as afirmações feitas em reuniões de Câmara, sobre o Plano Diretor Municipal (PDM) ir a consulta pública mas que não aceitariam qualquer alteração e que não incluíam a prevenção dos riscos climáticos, disse que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) havia publicado o seu Plano de Adaptação às Alterações Climáticas em 31 de julho 2018, a identificação de vulnerabilidades atuais e futuras em fevereiro 2019 e a Avaliação dos Impactos de Vulnerabilidades em 17 julho 2019. Tinham sido feitos vários *workshops* nacionais de capacitação em Sesimbra a 20 de novembro 2018, vários setoriais com uma conferência no final de tudo isto em novembro 2019. Em julho de 2019 tinha sido feita uma consulta pública de avaliação preliminar de riscos de inundação que referia risco na lagoa. -----

-----Acrescentou que estes trabalhos da AML identificavam as principais grandes vulnerabilidades e riscos no Concelho de Sesimbra, nomeadamente o risco crescente de incêndio na Freguesia do Castelo; Erosão Hídrica do solo em Santiago; instabilidade de vertentes em Santiago com 616 alojamentos sensíveis a desabamentos e movimentos de vertentes; Um quilómetro e infraestruturas de transportes sensíveis a desabamentos e movimento de vertentes no Castelo; na questão das cheias rápidas, Santiago tinha 2,5 km de infraestruturas de transporte sensíveis; na questão das inundações e galgamentos do mar, o Castelo tinha 22 alojamentos em perigo, Santiago 646 em resultado da erosão e recua de arribas e ainda 700 metros de infraestrutura de transportes em risco por causa de inundações e alagamentos do Mar.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Referiu que foi identificada também grande vulnerabilidade ao calor excessivo em Santiago, e quanto ao Castelo tinha 300 hectares de atividades agrícolas e 15 mil de áreas naturais com um risco muito elevado de seca.-----

-----Perguntou como é que era possível então que o PDM a propor não tivesse em consideração estes riscos identificados em 2019 por falta de tempo, e se não era demasiado irresponsável não estar já a tomar medidas para proteger pessoas e bens. Questionou também de quem seria a responsabilidade se um dia mais tarde as pessoas descobrissem que a CM tinha andado a licenciar em zonas onde já se sabia existirem riscos. - -----

-----Relativamente à Estratégia Local de Habitação (ELH), disse que a mesma dizia sobre o Bloco da Mata, na página 88, que este conjunto habitacional de promoção Municipal ocupado desde 1980 era constituído por 25 fogos municipais dos quais 15 tinham sido alienados aos ocupantes, e na página 113 referia que existiam também 7 fogos de alojamento arrendado no mercado privado para realojamento provisório das famílias que viviam no Bloco da Mota, entretanto demolido. Perguntou se era ou não verdade que o Bloco da Mata era dois terços um edifício ocupação por privados e apenas um terço de habitação social, não podendo portanto a Câmara usar os fundos que estava a usar para a sua construção visto serem apenas para habitação social e devolutos. Perguntou também que acordo foi feito com esses 15 fogos privados após a reconstrução do edifício.-----

-----Referiu que também era referido que estavam 7 agregados realojados pela Câmara e perguntou se não eram só cinco os fogos de habitação social. Questionou se a Câmara tinha realojado também 2 agregados dos fogos privados.-----

-----Sobre as AUGIS, perguntou o que foi discutido em reunião do dia 10 de novembro com o Vereador Miguel Fernandes, o Coordenador da AUGI e o Presidente da Câmara sobre a unidade de execução 2 da Lagoa de Albufeira, e também com as Administrações AUGI's 1, 2 e 3, a 27 novembro, sabendo que a Coordenação do Projeto Municipal AUGI reconhecia uma avaliação negativa na revisão dos planos de urbanização.-----

-----Disse que era referido no relatório da Direção Geral do Território (DGT) de 2019 que nas obras de urbanização de iniciativa camarária nas AUGIS 57, 58 e 65 eram pagas taxas da urbanização que totalizavam 1 milhão e 112 mil euros. Nestas AUGI's foi previsto agora, obras de urbanização no valor de 777 mil euros, havia portanto um excedente de 335 mil euros para a Câmara. Perguntou qual era o contrato de execução e financiamento dessas AUGI's, porque é que não era público e quais eram as obrigações dos proprietários e quais as da Câmara. Questionou ainda o que iria acontecer aos 335 mil euros caso sobrassem.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Perguntou se quando eram admitidas num só trimestre 41 comunicações prévias na Lagoa de Albufeira não deveria ser reforçada a fiscalização de forma visível e eficaz quando nem sequer as obras denunciadas eram fiscalizadas em tempo útil.-----

-----Sobre o Bar do Peixe disse que gostaria de saber o que é que estava a ser feito para garantir que o estacionamento que lá estava seguia o que estava determinado no plano de praia e que não existiriam abusos. Perguntou se foi exigida a conclusão do licenciamento do espaço, nomeadamente a instalação elétrica, e se iria existir puxada da EDP e seria paga por quem.-----

-----Referiu que a Direção-Geral de Projetos Urbanísticos apresentava um quadro com o número de dias úteis que demorava a responder aos processos de licenciamento. Acrescentou que os munícipes iriam ficar bastante surpreendidos com a enorme brevidade, uma média que devia rondar os quatro ou cinco dias úteis de resposta mesmo nos pedidos de aperfeiçoamento dos projetos, a média não chegava aos 10 dias. Referiu que a própria tinha respondido a todas as solicitações praticamente no mesmo dia sobre o seu licenciamento, e ao fim de quase 4 anos não conseguia ainda ter o licenciamento aprovado numa obra considerada pela câmara de pouca relevância urbanística.-----

-----Por fim, disse que foram emitidos 160 cartões de estacionamento de residentes permanentes e 106 de segundas habitações, e perguntou para quando estava previsto um regulamento que privilegiasse os residentes e garantisse às segundas habitações apenas espaços e horários de cargas e descargas. O estacionamento público não podia estar 24 horas ao serviço dos alojamentos locais e em todo o lado os turistas pagavam o estacionamento.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Victor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e aos que acompanhavam a sessão através da internet. Referiu que o Vereador José Polido tinha-se vindo a referir com frequência nas últimas semanas sobre o substancial aumento do tarifário da Amarsul e da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) que teriam inevitavelmente consequências na fatura de serviços mais conhecida por fatura da água. Acrescentou que, “fazendo eco” do que ouvia, tratava-se de remeter para os munícipes as consequências da má gestão da EGF - *Environment Global Facilities* após a sua privatização. Perguntou se tinham de aceitar e calar ou, se aceitando, não tinham o dever de esclarecer os cidadãos porque os aumentos das faturas iriam ser inevitavelmente associados à fatura da água e não era disso que se tratava.-----

----- Disse que gostava de conhecer, ainda que em síntese, o ponto de situação relativamente ao processo de transferência de encargos do Governo para a Câmara Municipal.-----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Maria Manuel Gomes, Presidente da Junta de Freguesia do**

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

**Castelo**, que cumprimentou todos os presentes e os que estavam a assistir a partir de casa desejando um bom ano. -----

-----Perguntou se havia novidades relativamente ao Aterro do Zambujal, se havia novidades em relação à verba do fundo ambiental para a requalificação do espaço e se já havia mais algum desenvolvimento em relação àquele local.-----

-----Sobre a situação do Bar do Peixe, referiu que havia outro apoio de praia que também tinha ardido, e perguntou se nessa reunião tinha sido abordada essa questão ou se tinha havido posteriormente uma reunião com os proprietários do apoio dessa praia em Sesimbra. Perguntou também se havia algum projeto para aquele local para substituição desse apoio de praia.-----

-----Por fim, questionou se a Comissão Municipal de Proteção Civil já tinha reunido e que assuntos foram tratados.-----

-----Usou em seguida da palavra a **Deputada Cláudia Mata** que cumprimentou todos os presentes e quem os acompanha *online*, desejando os votos de um bom ano novo com saúde e alegria. Disse em seguida que a sua intervenção prendia-se com forma como era apresentado este relatório e ia de encontro ao que o colega Deputado do Bloco de Esquerda havia referido. -----

-----Disse que quando olhava para aquele documento, e “prendendo-se” nas primeiras páginas que diziam respeito à atividade dos senhores vereadores, via uma agenda com cerimônias, com presenças em determinados eventos e com algumas reuniões, mas não via associada a ordem de trabalhos, os intervenientes nem um *link* para uma ata, porque eram ações que haviam decorrido em setembro e em outubro portanto já devia haver memorandos ou atas dessas mesmas atividades. -----

-----Referiu que se foi mencionado na atividade Municipal dos senhores Vereadores determinados acontecimentos, significava que os mesmos eram considerados relevantes, e nesse sentido gostava de, em casa, ter capacidade de os ler e de analisar e depois aqui sim colocar questões relacionadas com a atividade municipal e não com qualquer outra coisa que não constasse do Relatório da atividade trimestral. -----

-----Concluiu apelando ao bom uso das ferramentas que tinham disponíveis e à revisão da forma como era apresentada a informação trimestral das atividades do Município. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira** que desejou a todos presentes bem como às pessoas que estavam a assistir a partir de casa, um ótimo ano. -----

----- Referiu em seguida que o que estava previsto na Ordem de trabalhos era a Apreciação da Atividade Municipal do terceiro trimestre do ano passado, e já nem sabia o que é que estavam a debater porque por um lado “extravasavam” a apreciação da atividade municipal do 3º trimestre e já faziam perguntas para o

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

futuro bem como já falavam de coisas que eram do quarto trimestre. No fundo, não sabia se estava no PAOD ou se estava a debater outra coisa qualquer que não fosse a apreciação da atividade municipal.---

----- Solicitou esclarecimentos ao Presidente da AMS sobre esta matéria porque se assim fosse, então podiam ir até onde quisessem e gastar o tempo que tinham a perguntar o que quisessem, do futuro, do passado e do presente e daquilo que podia acontecer.-----

----- Interveio o **Presidente da AMS** que justificou que a Mesa tinha a consciência plena de que estavam a debater o ponto 5º da organização da sessão que tinha passado para ponto único desta reunião, a Apreciação da atividade Municipal, mas as intervenções eram da inteira responsabilidade das bancadas.

----- Usou da palavra a **Deputada Ida Carvalho** que cumprimentou todos e disse que gostava de saber e de ter a certeza se já tinha sido retirado o amianto de todas as escolas. Perguntou também como é que havia ocorrido o início do ano letivo bem como o início do segundo período de forma geral e relativamente à falta de professores. -----

----- Foi cedida a palavra ao Presidente da CM para que respondesse às questões colocadas. -----

----- **O Presidente** começou por cumprimentar todos os presentes e responder às questões colocadas pela Deputada Sandra Carvalho. Referiu que alguns projetos elencados pela Deputada ainda não estavam em curso e eram apenas expectativas que existiam. -----

----- Sobre o Tribunal de Sesimbra disse não tinham nenhuma informação neste momento relativamente ao lançamento da empreitada. Aquilo que sabiam era que desde maio de 2019, o Ministério da Justiça tentava com os seus colegas das finanças a publicação da portaria de extensão de encargos que permitisse o lançamento da empreitada desta obra. Reconhecia que neste momento, e uma vez que já estavam em 2022, não sabia se havia vontade política de fazer este novo Tribunal de Sesimbra e não tinha dúvidas que a estimativa de custo teria de ser toda revista uma vez que o projeto execução foi entregue em maio 2019 com um preço base de 2 milhões e 350 mil euros. -----

----- Referiu que não tinha dúvidas também, olhando para aquilo que era a prática de empreitadas de obras de edifícios do município e aquilo que se conhecia no quadro da tramitação de empreitadas em concursos públicos, que na melhor das hipóteses, se multiplicassem por 1.5 esse valor, não encontrariam de certeza um valor inferior para poder lançar este procedimento e portanto se as portarias de extensão de encargos fossem solicitadas no valor daquilo que tinha sido a estimativa de custos com mapa de quantidades e preços unitários que o Município entregou em 2019, se fosse publicitado, o concurso ficaria automaticamente deserto porque seria manifestamente insuficiente para a construção do tribunal. -----

----- A informação que iam obtendo da Secretaria de Estado da Justiça e do Instituto Gestão Financeira

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de Equipamentos da Justiça (IGFEJ), reiteradamente era o mesmo, era que tinham pedido a Portaria de Extensão de Encargos e que se aguardava obviamente essa publicitação para o início da empreitada. ----

----- Sobre a Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, referiu que a Câmara já havia adjudicado a empreitada para reiniciar os trabalhos de construção da ampliação e já estava há muito tempo no Tribunal de Contas. Acrescentou que o Tribunal de Contas pediu ao Município, entre outros documentos, uma questão que nunca tinha colocado, que era que o mesmo solicitasse ao Ministério da Educação o envio dos mapas dos fundos disponíveis daquilo que era o seu orçamento relativamente à Portaria de Extensão de Encargos. Acrescentou que esta era uma obra do Município que tinha uma portaria de extensão de encargos aprovada e publicitada do Ministério da Educação e do Ministério das Finanças, e portanto não fazia sentido que o Município pedisse ao Governo que desse os mapas dos fundos disponíveis desse ministério para comprovar que essa verba existia naquele ministério, mas já estava à espera há cerca de 1 mês e meio o envio os mapas para poder responder ao tribunal.-----

----- Disse também que a preocupação que tinham particularmente com esta empreitada era que a 1ª fase da escola foi adjudicada por cerca de 3,5 milhões de euros, bem mais do que aquilo que era a portaria de extensão de encargos com a alteração de preços contratuais que tinham vindo a assistir nos últimos tempos, corriam o risco de esta empreitada se tornar muito mais onerosa para o Município e era natural que depois se pedisse uma revisão de preços no decurso da realização desta obra.-----

----- Relativamente à Unidade de Saúde de Sesimbra, referiu que de todas as intervenções e de todas as obras estavam em curso era aquela que tinha vindo a ser menos difícil de gerir e também aquela que provavelmente era mais “limpa”, num terreno que não oferecia grandes problemas apesar de terem existido questões iniciais, foram diminuídas e não tinha grandes atrasos do ponto de vista daquilo que era a previsão inicial no cronograma da intervenção.-----

----- Quanto à Unidade de Saúde da Quinta do Conde, disse que tinha informação, mas que ainda carecia de confirmação e de uma reunião com Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT). Ao que parecia, provavelmente podia haver problema também com o valor base do procedimento que foi lançado de concurso público para a construção da nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde e era provável que se tivesse de reequacionar o lançamento de um novo concurso e isto podia implicar de certa forma que não houvesse capacidade de executar a tempo e horas a participação prevista no Lisboa 2020 para 50% deste financiamento. Acrescentou que informalmente já tinham falado com a ARS LVT e já tinha existido um contacto bilateral, e aparentemente existiam condições para se colocar no PRR se não houvesse condições de se avançar no Programa Lisboa 2020, mas não queria deixar esta nota como

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

certa porque carecia ainda de informação mais precisa sobre esta matéria informal.-----

-----Sobre a Capela de São Sebastião, disse que as obras estavam a decorrer com normalidade, e o único “se não” que existia tinha a ver com as escavações que entretanto foram efetuadas, o que havia obrigado também a uma prorrogação do prazo, quer com a equipa de arqueologia quer com a equipa de antropologia que estava a acompanhar essa intervenção.-----

-----Houve também a necessidade de fazer uns trabalhos suplementares relativamente a um muro de suporte que confinava com o Cemitério de Sesimbra mas também estava a decorrer na normalidade, com algum atraso daquilo que era a previsão inicial.-----

-----Quanto ao PAMUS da Azóia, disse que estava neste momento suspenso. Estavam a fazer alguns equipamentos e faltava fazer um troço de cerca de 100/200 metros. Estavam a aguardar a entrada em obra de uma segunda empreitada para a substituição da conduta de águas desde sensivelmente à entrada da Aldeia Nova da Azóia e o Reservatório da Câmara de Sesimbra no facho da Azoia, que ia começar pelo lado da Azoia, e enquanto não se fizesse essa reabilitação da rede de águas tinham o PAMUS um bocadinho em suspenso.-----

-----Relativamente ao Hub10 na Quinta do Conde, referiu que também estava de certa forma na sua fase terminal. Na Rua Ribeiro Sanches, paralela à Estrada Nacional 10, era onde iria terminar a intervenção e também era a intervenção mais morosa face às pré-existências naquele troço da Quinta do Conde. Deduzia-se que dentro de mais alguns dias, um mês e meio ou dois meses, ficaria finalizado -----.

-----Sobre o Bloco da Mata disse que também continuava a um bom ritmo e que tinha existido um problema com a definição e uma discussão técnica relativamente aos muros de suporte entre o Bloco da Mata e a contenção de terras com a Mata da Vila Amália. Existiu também alguma demora do empreiteiro na concretização dessa intervenção, mas neste momento também estava aparentemente resolvida e avançaria a um bom ritmo. Acrescentou que a Mata da Vila Amália estava em execução normal com exceção do lado contrário permitindo que houvesse o término dos muros de suporte entre as duas operações.-----

-----No que dizia respeito à campanha de testagem, disse que desmistificando o que foi dito pelo Deputado do Bloco de Esquerda, que por ser a sua primeira vez também desconhecia algumas matérias, mas já agora ficava a saber que o Município de Sesimbra nunca foi apologista de campanhas de testagem aleatórias e havia-o feito de forma responsável e com a responsabilidade de todos os eleitos que estavam na Câmara Municipal e acompanhando o parecer da Unidade de Saúde Pública há época porque havia-se entendido fazer uma testagem dirigida onde se verificava efetivamente a presença de um número de

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025





## Assembleia Municipal de Sesimbra

infetados que fosse razoavelmente grande para permitir estancar algum foco de infeção que pudesse estar em determinado local do que a testagem aleatória que tinha sido feita por muitos concelhos. -----

----- Referiu que não tinha sido só Setúbal a fazer a testagem aleatória e que não era verdade que havia continuado sempre. Acrescentou que Lisboa e Cascais foram os únicos concelhos da AML que nunca pararam, mas também não reduziram infeções devido à testagem massiva, e o entendimento de Sesimbra foi o de sempre dirigir a testagem em função daquilo que efetivamente eram as necessidades e os grupos que podiam estar mais ou menos vulneráveis ao aparecimento de um foco que fosse rapidamente disperso.

-----Disse ainda que esta campanha de testagem foi feita por um outro motivo, porque tinha sido possível com esta testagem obter os certificados para que as pessoas entrar quer nos restaurantes quer nos locais onde era exigível, e não foi meramente uma testagem aleatória à toa, mas sim porque foi permitido, num período em que nem sequer nenhuma farmácia no Concelho nem nenhum laboratório tinha testes com Certificação gratuitos, que o Município avançasse permitindo desta forma que houvesse esta gratuidade aos cidadãos para que pudessem usufruir dessa mesma declaração, porque se não houvesse declaração, também teriam decidido que não valia a pena, a não ser numa testagem dirigida pela questão de uma presença mais reconhecida dos focos de infeção.-----

-----Referiu que olhando para o histórico desde o início da pandemia e para o histórico de outros concelhos que tinham sido mais ou menos populares nas medidas implementadas, obviamente que os custos daí associados não tinha havido de todo diferenças substanciais entre aqueles que haviam apresentado testagem massiva, entre aqueles que haviam despejado máscaras nas caixas de correio e aqueles que haviam entregue máscaras às pessoas que eventualmente tinham mais necessidades e menos condições para as poderem adquirir há época. A única diferença que sabiam era que, quer em 2020 quer em 2021, o impacto na taxa de desemprego no Município de Sesimbra e o impacto nas atividades económicas do Município de Sesimbra, tinham sido dos mais reduzidos da Área Metropolitana de Lisboa e isso era o que dava algum alento àquilo que eram as políticas e as ações que muitas das vezes reconhecia que tinham sido tomadas em cima do joelho, como foi o caso da decisão de não haver fogo-de-artifício, tomada uma semana depois de decisão tomada de haver fogo-de-artifício e de ser pago à empresa fornecedora e prestadora do serviço, mas muitas vezes tinham que tomar a decisão em função das circunstâncias que tinham em “cima da mesa”.-----

-----Disse que se lhe perguntassem se sabia quais eram as decisões que iriam tomar daqui a um mês ou daqui a 2 meses, responderia que não, porque também não sabia em que contexto estariam a viver. E portanto tinham tomado as decisões sempre de forma consciente, deliberada e concertada entre todos.

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre a questão colocada pelo Pedro Mendes sobre a reunião com a empresa YME - Projeto de Energia na Arrábida, referiu que tiveram um contacto informal com uma empresa que depois entretanto havia solicitado uma reunião formal, que foi acompanhada pela Direção-Geral de Energia e de Geologia, a Subdiretora-geral e o Diretor Geral, e também por elementos da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

-----Referiu que tinha estado a própria mais uma técnica da CM na reunião e disse que esta entidade já tinha feito um pedido de informação não vinculativa à Câmara Municipal relativamente ao projeto. Explicou que se tratava um projeto de bombagem geração, era uma coisa que ainda não existia em Portugal, que no essencial era a utilização de uma pedreira para um grande lago artificial com um sistema de captação e adução de água do oceano. O projeto já tinha de certa forma o acompanhamento da Direção-Geral de Energia e Geologia e da Agência Portuguesa do Ambiente, e a informação que tinham era que também a Secretária de Estado do Ambiente e o Ministério tinham interesse na implementação deste processo. ---

-----Disse que não tinha condições neste momento de poder adiantar mais do que aquilo que sabia. Era um processo com uma dimensão brutal com a utilização de 5 pedreiras juntas no mesmo complexo para a criação de um grande lago artificial. Uma produção que segundo informação da DGEST e da APA não era para uma produção massiva de energia mas para uma reserva que ficou de certa forma comprometida com o encerramento das atuais estações a carvão para toda a AML. Os próprios serviços da Câmara Municipal encontravam-se com muitas dificuldades em apreciar um processo com esta dimensão e portanto aquilo que haviam pedido era uma reunião técnica por um lado para uma apresentação de um conjunto de técnicos mais alargados do município e também à empresa em conjunto com a Direção Geral de Energia e Geologia e com APA. Acrescentou que teve o cuidado de ligar ao Presidente da APA para saber se este projeto estava a ser acompanhado a um nível mais elevado e foi confirmado que sim. -----

----- Referiu que o repto feito na reunião era que pela dimensão da operação e garantidamente pelas características que representava, era importante que houvesse uma apresentação na Assembleia Municipal com todos os eleitos porque achava que a decisão a haver, independentemente daquilo que eram os Instrumentos de Gestão Territorial que tinha uma leitura complexa face àquilo que era apresentado, mas a haver decisão, mesmo que não fosse para um futuro Imediato, de uma potencial concretização de um projeto daquela dimensão, mudava drasticamente a perspetiva do Concelho num determinado território. Portanto era importante que todos o pudessem conhecer e contribuir amadurecidamente para o que pudesse eventualmente ser politicamente a decisão do Município.-----

----- Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, sobre a reunião de 16 de novembro, disse que a Quinta da Areia era do Banco Mello e não da Pelicano na altura. Explicou que aquele

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

pequeno triângulo entre a Conde 1 e o limite do Concelho, que confinava com a autoestrada, a estação ferroviária e o Retail BPlanet, foi vendido com um novo proprietário e foi apresentado. Acrescentou que não havia ainda nenhum processo nem de informação prévia nem um processo de Informação não vinculativa nem nenhum processo de licenciamento. -----

-----Referiu que o atual proprietário havia adjudicado à Empresa de Arquitetos Saraiva e Associados a realização do Masterplan e que fizeram uma mera apresentação sobre aquilo que era o conceito daquilo que pretendiam para aquele território. -----

-----Quanto ao Mercadona, disse que tanto o Mercadona, como o Aldi, o Lidl e o Pingo Doce pediam constantemente reuniões ao Município. Desde a Quinta do Conde, Castelo e Santiago, tinha vindo a ser uma procura insistente dos espaços que eventualmente pudessem vir a ser utilizados por estas cadeias para implementarem as suas operações. Acrescentou que muitas vezes vinham cá com algumas soluções que consideravam impossíveis e que não viam com bons olhos, e outras vezes procuravam outras soluções. -----

-----Neste momento havia vários processos a decorrer, sendo que até agora não tinha entrado nada, e tirando o processo do Aldi no Casal do sapo que tinham tramitado há pouco tempo, não havia neste momento nenhum formal a tramitar. Acrescentou que a Mercadona procurava novas posições no Castelo, em Santiago e na Quinta do Conde, o Aldi procurava novas posições no Concelho, particularmente na Freguesia do Castelo, o Lidl procurava mais posições no Concelho bem como o Pingo Doce, portanto mentiria se dissesse que todas essas cadeias não procuravam insistentemente novas operações. -----

-----Acrescentou que do ponto de vista técnico jurídico as operações que fossem impossíveis à luz dos instrumentos que estavam no território, ficava arrumada a questão e não era possível mandar o “barro à parede”, mas se fosse possível tinha de se avaliar a operação. -----

-----Relativamente à reunião de 19 de novembro sobre o Bar do Peixe, referiu que foi uma reunião na sequência do incêndio e explicou que o processo tinha entrado diretamente no urbanismo. Havia o processo de reconstrução que já tinha o licenciamento e já tinha sido deferido o projeto arquitetura. ----

-----Referiu que a informação que tinham era que a proprietária do Bar do Peixe necessitaria de uma candidatura ao turismo Portugal, portanto haviam tramitado com a urgência necessária olhando também para a operação em concreto e tendo em conta o que havia acontecido, e portanto foi aprovado o projeto de arquitetura com base no projeto que havia anteriormente. Foi-se buscar as peças desenhadas com as alterações à legislação atual e tramitou-se por forma a ter um deferimento.-----

-----Acrescentou que seria também necessário um parecer da CCDR porque uma parte estava em Reserva Ecológica Nacional (REN).-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Sobre o bar que ardeu em Sesimbra, disse que ainda não tinha entrado nenhum processo de arquitetura para construção, apesar de terem falado também na altura com o proprietário atual, mas também a tramitação inicial far-se-ia pela Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) e depois é que entraria para o Município, e não sabia se entretanto já tinha chegado alguma coisa à APSS ou ao Município nos últimos dias.-----

----- Sobre as questões colocadas pelo Deputado Jaime Santos, e particularmente sobre a questão do relatório que tinha sido levantada por vários deputados, disse que já havia referido numa assembleia que há 17 anos que estava presente nesta Assembleia Municipal e recordava-se que durante muitos anos foi pedido pelos deputados que se caminhasse para o relatório que hoje era apresentado, admitindo que este hoje tivesse algumas falhas porque o mesmo devia de ser completo com todas as unidades orgânicas independentemente de ter sido feita revisão de dimensão considerável na estrutura orgânica.-----

----- Explicou que o que a Lei previa era que houvesse em todas as reuniões ordinárias, independentemente do que estava no regimento, informação escrita do Presidente da Câmara sobre a posição financeira do município sobre o período de atividade, e não dizia se era do 1º, do 2º ou do 3º período, era aquando da reunião ordinária, haver uma informação escrita do presidente que podia ser em mapas e depois mais alguma informação, por exemplo, sobre o estado dos grandes projetos em três ou quatro páginas e uma informação financeira muito genérica como aquele quadro do orçamento que vinha com as rubricas principais.-----

----- Referiu que se tinha trabalhado, muitas das vezes pela Assembleia Municipal, no sentido de chegar a esta solução, e fazia-lhe um pouco de confusão que a Deputada Cláudia Mata, que tinha feito parte desse Executivo, não se recordasse que tinha sido a própria AM a caminhar para isto. Acrescentou que enquanto deputado nunca leu o relatório com a dimensão que tinha, e o que acontecia durante a sessão de apreciação do documento era a colocação de questões relacionadas com aquilo que conheciam, sobre o estado da arte do Município e as circunstâncias das operações maiores como aqui tinham sido colocadas.

----- Disse que da parte do Município considerava que deviam mudar para um regime mais simplificado e mais objetivo e que ainda há poucos dias tinha referido numa reunião interna que este relatório, da forma que era apresentado, era impossível encontrarem denominadores comuns face àquilo que era diferença das várias unidades orgânicas que permitissem ter uma uniformização total do relatório, mas também pouco importava muitas vezes os dados que eram ali alocados porque até podia acontecer o relatório chegar à AM para os deputados que quisessem ler, mas o que era realmente importante era que chegasse uma informação escrita com a principal atividade e com a situação financeira do Município.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que se calhar o que precisavam que estivesse no relatório era, por exemplo, os esclarecimentos que prestou sobre o Projeto da YME sobre o Masterplan, se havia ou não avanço relativamente às questões da Mata de Sesimbra, sobre o estado da arte do PDM, sobre se os grandes projetos estavam ou não com grandes dificuldades em avançar, porque achava que isso é que era o mais importante. -----

-----Por fim, disse que apesar de este caminho ter sido feito em parte significativa por exigência da AM, se agora se exigia de outra forma, até estaria de acordo que o fizessem.-----

----- Sobre o Festival da Liberdade, o Carnaval e outras festividades, disse que todas as câmaras tinham avançado para frentes ou haviam restringido, suspenso ou cancelado. Em Sesimbra, 95% ou 99% dos casos aconteciam em função dos pareceres de todas as entidades envolvidas e não em função apenas da vontade do Presidente da CM e dos Vereadores, mas sim em função das entidades, particularmente das forças de segurança, da Proteção Civil inclusivamente a Distrital e obviamente as instituições de saúde. Estas eram aquelas que tinham vindo sempre a ser consultadas em função daquilo que era preciso fazer em termos de medidas a tomar localmente, fossem medidas de restrição, fossem medidas de abertura relativamente à possibilidade de realização de eventos, de iniciativas ou de outros projetos. -----

----- Sobre as IPSS disse que a Vice-Presidente prestaria esclarecimentos mas referiu que as verbas que se tinham dado às IPSS's há época em contexto Covid, não tinha sido um aumento extraordinário relativamente àquilo que era o funcionamento das IPSS's, mas sim um aumento extraordinário para dar respostas extraordinárias aos pedidos que tinham sido alocados a duas ou três IPSS, uma por Freguesia, para umas respostas que tinham sido necessárias em contexto muito específico, e não por livre arbítrio de entregar uma verba para depois se decidir o que se iria fazer.-----

-----Foi um acompanhamento feito eficazmente pela Rede social e não só pelo Município e com a Segurança Social, que se havia canalizado em situações de emergência, fosse de distribuição de alimentos, distribuição de bens, apoios das mais diversas ordens e inclusivamente também na colocação de algumas crianças em estabelecimentos. Tinha havido instituições no Castelo, o Centro Paroquial, em Santiago, a Santa Casa e na Quinta do Conde o Centro Comunitário que ficaram encarregues, com as Juntas de Freguesia, particularmente envolvidas pela proximidade que se tinha feito toda esta operação num contexto difícil para todos. -----

-----Concluiu dizendo que não tinha havido nem iria haver uma distribuição aleatória sem qualquer princípio e sem qualquer relação causa-efeito entre aquilo que eventualmente podia ser o financiamento de uma determinada instituição.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No que dizia respeito às questões colocadas pela Deputada Anabela Rocha, disse que a mesma tinha feito uma série de considerações e tinha colocado poucas questões, e acrescentou provavelmente por incapacidade do próprio, não conseguia compreender metade das questões que a deputada colocava, mas devia de ser uma incapacidade sua, dos técnicos da câmara, do Ministério Público e dos deputados municipais, mas já iam ficando habituados ao *modus operandi*, porque a Deputada em tudo o que achava que tinha razão, por muito que se demonstrasse o contrário, ninguém a conseguia confrontar com uma razão contrária.-----

----- Disse ainda, relativamente aos 70 processos que a Deputada disse ter entregado no Ministério Público, que eram muito mais do que 70 processos, incluindo à Comissão Europeia, à Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), à Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas. Acrescentou que se estava a tramitar algum processo no Tribunal de Contas ainda não tinha chegado ao Município, portanto devia de estar a tramitar ainda no serviço do Tribunal de Contas e do Ministério Público, porque relativamente às questões colocadas sobre os bens móveis de 2016 e do inventário ainda não tinha chegado nada ao Município de Sesimbra. Provavelmente estariam na lista de espera assim como estavam as respostas que havia solicitado da CMS como a Deputada havia evidenciado na sua intervenção inicial, que pela desproporcionalidade que representavam teriam de ser respondidas também com a proporcionalidade que conseguiam responder.-----

-----Relativamente à questão colocada sobre o Bloco da Mata, disse que o mesmo era totalmente do Município e sempre tinha sido para o início da operação. O que fizeram foi arranjar uma forma de ficar com a propriedade plena do edifício para se poderem candidatar e avançar com o investimento de reabilitação do Bloco da Mata.-----

-----Sobre a questão das AUGIS 57, 58 e 65, referiu que o Município de Sesimbra lançou um concurso público e explicou que uma coisa era aquilo que estava estabelecido como pagamento de encargos de urbanização e outra coisa eram as taxas urbanísticas. O Município de Sesimbra naquilo que era as taxas urbanísticas ficava com uma responsabilidade de realizar determinada intervenção, e a intervenção não terminava com a operação que estavam a fazer, neste momento estavam a falar das pavimentações das AUGIS 57, 58 e 65. Referiu ainda que a estimativa de custos tivesse sido de 800 mil euros e tivesse sido adjudicados por 775 mil euros não podiam lá por 1 milhão ou seja garantidamente que ainda haveria depois muitas outras matérias a fazer em termos de urbanização.-----

-----Quanto ao Bar do Peixe na Praia do Moinho de Baixo, disse que o proprietário havia solicitado um projeto de arquitetura de reconstrução com base no projeto existente, que tinha sido deferido.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- No que dizia respeito à Direção-Geral dos Projetos Urbanísticos disse que desconhecia quem era essa entidade mas que devia ser da Administração Central porque não havia direções gerais no Município, portanto não conseguia responder a essa pergunta. -----

-----Sobre os cartões e o Regulamento Municipal, disse que tinham a intenção de rever o regulamento e que já devia de estar a ser revisto com base numa deliberação da AM ainda do anterior mandato. Devia de estar a ser revisto até porque houve uma decisão não só apenas de reequilíbrio financeiro mas também de inclusão da fiscalização no estacionamento tarifado em Sesimbra e nas zonas mistas por parte da entidade concessionária que obrigava a uma alteração ao regulamento que já devia de estar feita porque efetivamente os encargos dessa reposição de reequilíbrio financeiro já pressupunha eventualmente que essa fiscalização fosse feita. Portanto, a responsabilidade era da CM e tinham de admitir.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Vitor Antunes, sobre a transferência de competências, disse que das três áreas que eram mais complexas, a Educação, a Ação Social e a Saúde, tinham vindo a ser realizadas reuniões com as direções regionais, nomeadamente com a DGEST para a área da educação, a da saúde iria-se realizar no dia 19, e sobre a Ação Social também havia-se realizado uma reunião sobre a qual a Vice-presidente poderia depois explicar. -----

-----Disse que o problema mantinha-se e das três áreas, a única que receberam um pouco a “seco” sem qualquer reunião, era a da Saúde, sobre a qual receberam a proposta do Auto de Transferência e não tinha palavras para descrever o mesmo. Explicou que aquilo que era uma grande preocupação tinha a ver com o contrato de arrendamento com a Santa Casa da Misericórdia e o ónus que estava nesse mesmo contrato de arrendamento de reposição que vinha a zeros e até vinha uma discrepância entre dois anexos, porque um dizia que tinham que assumir essa responsabilidade e o contrato passava para o Município, e havia outro que dizia que não tinha responsabilidades sobre aquele contrato, portanto havia uma discrepância entre dois mapas. -----

-----Referiu que na Quinta do Conde vinha só a informação que teriam uma delegação na gestão do edifício mas que a propriedade não passava para o edifício porque não estava legalizado, coisa que desconheciam. O de Santana informava que passaria só a gestão porque efetivamente parte do Edifício estava afeto ao ACES Arrábida como armazém, e portanto também só passava algumas competências de gestão. Os equipamentos que lá vinham sinalizados eram só ar condicionados e extintores com a referência que estavam em excelente estado de conservação, mas a exemplo das 3 viaturas que iriam receber, uma tinha 600 mil quilómetros, outra 400 mil e outra com 300 mil, e estavam lá todas identificadas como estando em bom estado de conservação. -----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Referiu novamente que no dia 19 iria realizar-se uma reunião para limar as questões macro, não se iria tratar da questão do extintor ou do ar condicionado porque os serviços iriam fazer esse levantamento nos próprios locais até para poderem de certa forma confrontar.-----

-----Disse ainda que, sobretudo na questão do contrato de arrendamento com a Santa Casa da Misericórdia, não fazia sentido entre abril, agosto e setembro, que estaria pronta e equipada a Unidade de Saúde Sesimbra e pronta a funcionar, que o Município de Sesimbra viesse a assumir um Contrato arrendamento para um período de 3 ou 4 meses. O que fazia sentido era que viesse já no Auto de Transferência a nova Unidade de Saúde de Sesimbra. Havia também as dúvidas que florescia sobre a USF do Castelo e a USF da Quinta do Conde só com as responsabilidades de gestão e sem responsabilidade na titularidade do edifício.-----

----- Sobre o Aterro do Zambujal disse que o processo judicial tinha sido reaberto relativamente ao crime de poluição à Empresa *Grenall life*, e quanto ao projeto de estudo de reabilitação do aterro, referiu que não tinham recebido nenhuma comunicação nem do Ministério do Ambiente nem da CCDR relativamente a este processo, mas sabiam informalmente que a empresa já estava no terreno porque receberam um contacto de um serviço semipúblico que havia contactado a câmara para perguntar se sabiam o que é que se estava a passar.-----

-----Sobre a Comissão Municipal de Proteção Civil, referiu que a mesma reuniu na semana em que decidiu que houvesse fogo-de-artifício e sobre as condições da realização do mesmo. Aconselhou que as juntas de freguesia colocassem essa questão à Junta de Freguesia da Quinta do Conde, que era representante das freguesias eleita na Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Carlos Oliveira, disse que o que vinha na lei era uma mera apreciação escrita da atividade durante aquele período e a informação financeira relativamente ao estado da arte do orçamento do Município, mas já sabiam que tinha vindo a ser prática avançar para outras perguntas, e da parte da CM sempre estariam disponíveis, se tivessem a informação, para poder partilhá-la.-----

-----Quanto a retirada do amianto, disse que o mesmo estava a ser retirado, e referiu que a Escola Secundária de Sampaio já havia terminado, a Escola Básica 2,3 Michel Giacometti também estava prestes a terminar, e o que estava a ocorrer era a retirada do amianto na Escola Básica Integrada da Quinta do Conde e da Escola Básica do Castelo que estava mais atrasada. Acrescentou que em termos procedimentais, todos estavam a decorrer e se tudo corresse bem era expectável que no final do 3º trimestre estivessem concluídos os 4 estabelecimentos.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que também tinham dado conhecimento dessa informação à entidade gestora do Lisboa 2020 na medida em que também estes atrasos se deviam ao facto de não haver empresas suficientes para fazer as intervenções tendo em conta a abertura dos concursos feita no País inteiro, bem como a alteração dos preços contratuais que, no caso da Escola Básica Michel Giacometti, foi a terceira empresa a concorrer que ficou com a adjudicação, e tudo isto eram tramitações que levavam o seu tempo. -----

-----Concluiu dizendo que neste momento as operações, que estavam inicialmente previstas decorrer no período de pausas letivas, decorriam exclusivamente ao fim de semana e fora do período letivo. A retirada e acondicionamento do amianto decorria antes das 8 da manhã nos dias normais ou no fim-de-semana porque havia mais tempo para fazer essa operação, e ao final da tarde, no limite, havia trabalhos preparatórios para o dia seguinte, já depois de as aulas decorrerem. Considerava que esta não era a opção ideal mas era a possível para resolverem o problema de amianto nestes 4 estabelecimentos de ensino.--

-----Foi cedida a palavra à **Vereadora Argentina Marques** que cumprimentou todos os presentes e, relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano sobre a constituição de uma associação de turismo, disse que existiu o pedido de uma reunião por parte da Turifórum, que era um grupo informal de comerciantes e de responsáveis hoteleiros do Concelho de Sesimbra, com o objetivo de que o mesmo passasse a ser uma associação formal. -----

-----Referiu que existiu em tempos contactos com a CMS com esse intuito, e além dessa abordagem tinham sido apresentadas novas pessoas que faziam parte desse núcleo e que tinham sido repartidos em 4 setores como a restauração, a unidade hoteleira, as práticas desportiva, e outros. -----

-----Em relação à constituição da associação, disse que a mesma entendia que era também responsabilidade da Autarquia de alguma forma atribuir competências aquando da constituição dessa associação e então foi solicitado ao grupo que fizesse chegar o regulamento, que era em tudo semelhante ao da Associação de Cascais que dizia que por ventura poderia ter também a coparticipação de órgãos estatais estando incluído também as câmaras municipais, neste caso a Câmara Municipal de Sesimbra.--

-----Acrescentou que com o regulamento tinham enviado também algumas competências com as quais gostavam que a Câmara se comprometesse. Neste momento não estava a CM em posse de atribuir qualquer competência a nenhuma associação mesmo após a sua constituição porque eram competências do domínio da CM e evidentemente que essa proposta para além de ter de ir à CM teria de ir também à AM e não tinham o intuito de se comprometerem com qualquer competência a atribuir. -----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que tinham referido na reunião também alguns aspetos, nomeadamente que consideravam que o orçamento de Sesimbra para o turismo era um dos mais pequenos significando apenas 0,5% do orçamento e que pretendiam ver em alta o orçamento do próximo ano.-----

-----Tinha sido também, mais uma vez, colocada a questão do lixo na marginal e dos molok's, referindo-se essencialmente o Diretor do Sana Hotel como sendo um dos principais prejudicados em relação ao cheiro e ao lixo durante a época mais alta, e que consideravam que esse problema devia ser resolvido o mais brevemente possível. -----

-----Informou que estava agendada para este mês uma nova reunião, e de seguida, dando nota de algumas coisas que estavam a ser desenvolvidas pelo Gabinete do Turismo, que envolvia algumas críticas feitas pelo grupo do Torifórum à CM por não estarem envolvidos com o setor da cultura, com o setor do turismo, entre outros, informou que estavam a reunir com os diversos serviços da CM, entre os quais a Divisão da Cultura e a Divisão da Comunicação, nas pessoas do Dr. Miguel Manso e da Dra. Luísa Fachada, precisamente para atualizarem o *site* da CM. -----

-----Na atualização dos conteúdos, sendo os mesmos muito do âmbito cultural, estavam a trabalhar para que houvesse uma interligação entre as 3 divisões muito próximas independentemente de quem tinha esses pelouros, e após a essa atualização, iriam fazer com que as pessoas, quer os sesimbrenses quer as pessoas que visitavam Sesimbra, tivessem acesso aos mesmos através de telemóveis, de *tablets* ou de outros meios de comunicação, e que não estivesse centrado apenas na concha de Sesimbra mas sim por todo o Concelho. Isso seria uma segunda fase do projeto que também já estava elencado com estas duas divisões da CM. -----

-----Informou em seguida que houve uma assinatura de compromisso relativamente a formações. Ainda não existia o protocolo, e quando o mesmo chegasse às câmaras municipais envolvidas, que eram várias, iria ser analisado, mas estava prevista para este ano a realização de muita formação no setor do turismo, quer para os privados quer para as próprias autarquias locais. Seria formação financiada em que a própria autarquia apenas teria de disponibilizar os meios necessários, como a sala de formação, o equipamento e também o contacto com o formador.-----

-----Disse que tinham outros projetos também em carteira, como rever o Plano Estratégico do Turismo durante este mandato e, para este ano ainda, os projetos do Sesimbra Embaixador e a Conferência Internacional do Turismo. Para além disso, estavam também a desenvolver a Estação Náutica, que era um projeto novo que envolvia vários concelhos e, no próximo mês iria realizar-se uma reunião no âmbito do mesmo. -----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre a reunião com o Bar do Peixe, disse que tinham solicitado ao Presidente da CM que estivesse presente nessa reunião a Arquiteta Cláudia Silva, assim como a Dr<sup>a</sup> Marta Franco e o Dr. Leonildo Cachão. Consideravam que deviam de estar presentes estes elementos visto que o Domínio Marítimo das praias balneares também tinha passado para as Câmaras Municipais. Acrescentou que a reunião tinha ocorrido no sentido de saberem precisamente como é que a CM poderia auxiliar, e a primeira forma mais célere de ajudar foi de facto através da apresentação de alguns documentos à CM que possibilitasse uma candidatura por parte do Bar do Peixe ao Turismo de Portugal, dentro de um tempo record.-----

-----Relativamente ao Bar da Praia do Ouro, disse que o mesmo ardeu na madrugada anterior da tomada de posse destes órgãos autárquicos mas que a Autarquia também tinha conversado com esse empresário.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Miguel Fernandes** que cumprimentou todos os presentes e todos os que acompanhavam a transmissão da sessão em direto e, relativamente às questões colocadas pela Deputada Anabela Rocha sobre as AUGI'S, disse que a saudava por ter colocado estas questões e que já fazia intenção de falar com a Deputada e esclarece-la relativamente a algumas questões que a mesma havia apontado no protesto apresentado no início da sessão.-----

-----Disse ainda que qualquer questão que a Deputada tivesse, poderia também enviar um email ou contactar, que prontamente faria os possíveis para esclarecer.-----

-----Relativamente à reunião de dia 10 de novembro, disse que participaram na mesma, o próprio, o Presidente da CM e o Coordenador do Projeto Municipal das AUGI's, e que teve como motivo principal a interligação de pelouros, nomeadamente a relação que o urbanismo, o planeamento, o Projeto Municipal das AUGI e também a Divisão de assuntos Jurídicos tinham em diversos temas inclusivamente até nas equipas técnicas que tratavam na grande maioria dos processos de reconversão das AUGI's.-----

-----Referiu que foi uma reunião introdutória entre estes pelouros e que os temas que haviam falado, de uma forma geral, diziam respeito à realização de um planeamento sobretudo para os próximos 18/24 meses dos assuntos que estavam prementes de se avançar, nomeadamente a conclusão dos regulamentos relativos às AUGI's 1, 2 e 3 da Lagoa de Albufeira, para depois avançarem para a reunião de concertação com a CCDR, com a APA, com a Direção Geral do Território para posteriormente avançarem para a deliberação de Câmara para a abertura do período de participação pública e conseqüente a criação de relatório final e o envio à AM para avançar para a conclusão dos projetos de reconversão destas AUGI's.

-----Disse que também haviam abordado pela 1<sup>a</sup> vez o Plano de urbanização da Lagoa de Albufeira quando às suas unidades de execução na virtude da 6<sup>a</sup> alteração à Lei das AUGI's no dia 4 de novembro,

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinha sido precisamente há 6 dias antes da reunião. Tinham falado também sobre a unidade de execução 2, no sentido em que havia ali um conjunto de lotes que não existiam em regime de copropriedade enquanto existiam outros que estavam nesse regime e tinham que delinear uma estratégia que seria apresentada aos respetivos proprietários da unidade de execução 2 no próximo dia 22 sobre um possível avanço da própria unidade de execução do plano que foi para isso que foi delineado. -----

-----Disse ainda que nessa reunião tinham abordado de uma forma genérica a situação de Courelas da Brava, Casal do Sapo e Fontainhas, nomeadamente o estado das AUGI's, do processo de reconversão das mesmas e também, no caso concreto das Fontainhas, a possibilidade de poderem vir a delimitar novas AUGIS nesta zona de iniciativa municipal sem administração conjunta, mas primeiro, e também no sentido de envolver os proprietários neste processo e porque já existia um histórico de tentativas de limitação de AUGIS nesta região que tinha características particulares, fazer algumas reuniões preparatórias e apresentar a proposta da CM e auscultar as pessoas no sentido de maior participação possível. -----

-----Relativamente à reunião realizada no dia 27 de novembro, disse que foi precisamente na sequência da reunião realizada no dia 10, com as comissões de administração e com as equipas técnicas e jurídicas das AUGIS 1, 2 e 3, para apresentarem o planeamento a 18 meses por parte do Projeto Municipal da AUGI daquilo que devia ser este processo. Também tinha servido como uma apresentação formal do próprio enquanto Vereador do Pelouro às comissões de administração e também para a apresentação das contas intercalares dos anos em falta, inclusive de 2021, porque esta situação pandémica também não havia facilitado o desenvolvimento de grandes reuniões como acontecia nas reuniões de assembleias de proprietários.-----

-----Sobre a reunião realizada no dia 30 de novembro, disse que tinha ocorrido no Auditório Conde de Ferreira pelas questões óbvias do distanciamento físico e da pandemia, sobre o lote 50 da AUGI 41 do Casal do Sapo, que dizia respeito ao investimento da parte do Aldi. Foi uma reunião de trabalho conjunta com a Divisão de Obras Municipais, a Divisão de Fiscalização Municipal e a Divisão de Planeamento e Urbanismo, com o objetivo de analisar os resultados e as informações que tinham sido obtidas por parte da Divisão de Fiscalização Municipal sobre uma fiscalização à obra feita ao lote 50 e às respetivas obras de urbanização feitas pelo mesmo promotor na AUGI 41 na sequência do protocolo entre a CM, a AUGI 41 e o Promotor da Obra. -----

-----Explicou que na sequência da reunião havia-se verificado que muitas das situações identificadas eram relatadas pelo empreiteiro responsável pela obra, da Empresa Canana&Filhos, como já estando resolvidas e agendou-se logo de momento uma nova ação de fiscalização de obra, que foi realizada na

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

sexta-feira seguinte, e que, segundo o feedback que tinha do Vereador Néilson Pólvora, tinha-se verificado que as situações identificadas já estavam resolvidas. -----

-----No que dizia respeito às ações de fiscalização, disse que, segundo a informação que tinha obtido na sequência destas reuniões de trabalho, a Divisão de Fiscalização Municipal havia realizado cerca de 600 ações de fiscalização no último trimestre, sendo cerca de 250, de fiscalização programada de obras, e como havia uma grande dificuldade em termos de recursos humanos na área da fiscalização por ausência de cursos técnicos nesta área, e esta era uma dificuldade sentida por parte desta Divisão e o Vereador Néilson Pólvora estava a dinamizar com a própria divisão estratégias para resolver essa questão.-----

-----Relativamente ao conjunto significativo de licenciamentos que estavam a ser feitos nas AUGIS da Lagoa de Albufeira e sobre a necessidade de fiscalização, lembrou que de acordo com a Lei das AUGIS, as obras de licenciamento das mesmas podiam ser objeto de vistoria prévia quando era solicitado o pedido de licenciamento. Essa vistoria, de acordo com a 5ª alteração não era obrigatória, mas a equipa técnica do Projeto Municipal de AUGI, que cumprimentava na pessoa do Sr. Alexandrino (Coordenador) bem como a Divisão de Assuntos Jurídicos que tinham vindo a fazer um trabalho inexcelente, realizava quase na totalidade, salvo rara exceção, estas vistorias prévias.-----

-----Sobre os custos de urbanização das AUGIS 57, 58 e 65, referiu que havia o valor das taxas e havia o valor dos custos de urbanização, e à luz da Lei das AUGIS, a gestão financeira das mesmas, fosse através de iniciativa municipal ou através de administração conjunta, era feita através de provisões ou de adiantamentos, ou seja, era calculado através de um sistema perequação aquilo que iriam ser os custos previstos de urbanização, e era com base nisso e no património que cada proprietário tinha que era calculada a sua comparticipação. Esse cálculo só era concretizado quando eram apresentadas as contas finais das AUGIS, e pelo menos 2 destas AUGIS estavam prestes a apresentar as contas finais.-----

-----Quando eram feitas as comissões de administração, também havia a comissão de administração que acompanhava a apresentação de contas e o processo de contas finais, e quando eram feitas as contas finais, era feito um balanço entre os proveitos, os adiantamentos, que não estavam sob tutela da CM, ou seja, eram depositados sobre caução numa conta da Caixa Geral de Depósitos (CGD) na qual a CM não podia mexer, exceto para a execução da obra. Quando as contas eram finalizadas, se sobrasse dinheiro existia um quadro de comparticipações de todos os proprietários e essas pessoas recebiam o excedente. Portanto, nenhum montante ficava retido pela CM.-----

-----Por fim, reiterou a sua disponibilidade a responder a todas as questões necessárias.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Vereador José Polido** que após cumprimentar todos os presentes e

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

o publico que assistia à sessão *via online*, disse, relativamente ao tarifário que a Amarsul ia cobrar por indicações da própria Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), que a Amarsul foi constituída com 100% de capitais privados e o Estado era representado pela Empresa Geral do Fomento (EGF) e os outros 49% eram propriedade dos Municípios da Península de Setúbal, mas ao ser privatizada quem ganhou a privatização da EGF foi o Grupo Mota-Engil, que era o dono de 51% da maior parte dos sistemas que geriam os resíduos no País.-----

-----Disse que tinha vindo a alertar sobre estas situações para terem uma noção de que o tarifário que esta entidade cobrava aquando da gestão pública, e dava o resultado positivo, rondava os 20 euros ao nível do tarifário, a partir do momento da privatização, e como era óbvio as empresas eram constituídas para dar lucro, toda esta correlação havia-se alterado. Exemplificou que em 2019, o tarifário que era cobrado aos municípios da Península de Setúbal era 20,48 euros, em 2021 já eram 32,68 euros e para o ano de 2022 seria 43,58 euros. Ou seja, entre 2019 e 2022, tinham 113% de aumento, mais do dobro de aumento do tarifário.-----

-----Para agravar ainda mais esta situação, a Taxa de Gestão de Resíduos (TGF) de todos os resíduos que iam para aterro, pagavam em 2019 9,90 euros por cada tonelada depositada em aterro, e neste momento pagavam 22 euros por tonelada, e para agravar ainda mais essa situação, o que estava aqui em causa era uma tarifa que era chamada de “tarifa de transição” que tinha sido aprovada pela ERSAR, e se não se atingisse os resultados propostos nesta tarifa de transição, o que estava permitido este ano para os proveitos na Entidade da Amarsul, significava que a tarifa podia chegar aos 53,47 euros. EM 2023 podia chegar aos 60,22, e em 2024 aos 68,13 euros. Ao somar aos 22 euros mais o iva, estavam a falar de uma tarifa que custava cerca de 20 euros e que passaria a custar cerca de 100.-----

-----Referiu que o Município de Sesimbra tinha vindo a fazer um esforço enorme para que os tarifários não aumentasse, e recordou que desde 2015 que não mexiam nos tarifários da fatura da água. Acrescentou que não iriam ter condições até porque iriam ter de cumprir mais um desígnio da ERSAR em que iriam ter que demonstrar todos os anos a essa mesma entidade que os valores que conseguiam angariar dos clientes, que eram todos os munícipes e empresas do Concelho, representavam cerca de 90% dos custos que tinham. Ou seja, o que era permitido a cada município era que tivesse um prejuízo até 10% porque caso contrário seriam obrigados a aumentar esse tarifário.-----

-----Acrescentou que os administradores dos municípios tinham estado sempre contra esta forma de gestão que via única e exclusivamente no aumento das tarifas a solução da entidade e não se via valorizado os resíduos que todos faziam a separação, e Sesimbra estava na Península de Setúbal como o Município

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que mais reciclava *per capita* e não viam refletido esse benefício nem tudo aquilo que tinha sido feito através da energia, que era produzida através dos aterros que também não estava a ser refletido, e portanto viam com grande apreensão o futuro e o “bolso” de todos nós e de facto o Município iria ter grandes dificuldades em manter este tarifário. -----

– Foi cedida a palavra à **Vereadora Felicia Costa** que cumprimentou todos os presentes bem como todos os munícipes que ainda acompanhavam a sessão a partir de casa e desejou a todos os votos de um feliz 2022. --Congratulou em seguida o Vereador José Polido por esta explicação sucinta mas extremamente importante, dizendo que muitas vezes não davam importância real a assuntos que tocam a vida social e até aos desígnios ambientais para o território, e toda esta explicação e todos os alertas que a Câmara Municipal, sobretudo através do Vereador José Polido, tinha vindo a fazer nestes últimos tempos em relação a esta área tão complexa e importante. Acrescentou que os munícipes que estavam em casa deveriam preocupar-se também com esta questão e sobretudo com questões desta natureza. -----

----- Sobre a transferência de competências, disse que em relação à área da educação e área da Ação Social já tinham realizado várias reuniões, uma delas com o Senhor Delegado regional, e iriam ter na próxima semana, dia 18, uma outra reunião com o senhor Delegado Regional da Educação. Reuniram também várias vezes com os Diretores dos Agrupamentos e com a equipa técnica constituída como uma Comissão de acompanhamento para toda esta matéria que iria ser descentralizada na área da educação e que era bastante complexa não apenas ao nível dos valores envolvidos como sobretudo na complexidade de fazer migrar para os quadros da CM cerca de 400 pessoas com a complexidade que tinha também a questão das plataformas informáticas. -----

----- No fundo, não eram só os funcionários não docentes que passariam para os quadros da autarquia mas também toda a gestão, nomeadamente ao nível dos processos de alunos da ação social escolar, transportes escolares.-----

-----Era necessário que as plataformas que hoje cada Agrupamento tinha, que não eram compatíveis com a plataforma da Autarquia, pudessem ser compatíveis, o que significaria mais uma despesa que não estava sequer prevista em autos de transferência que teriam que dotar todos os agrupamentos de uma plataforma que fosse compatível com a AIRC e com a Edubox, que no fundo era a aplicação que o Município de Sesimbra havia implementado já há alguns anos para toda a gestão do Parque Escolar ao nível do percurso dos alunos do jardim-de-infância e do 1º Ciclo.-----

-----Disse também que a equipa técnica estava constituída e que já tinham realizado várias reuniões com os vários interlocutores que estavam no terreno neste processo ao nível da Educação e esperavam

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que no dia 1 de Abril pudessem de uma forma pacífica e tranquila receber toda esta tarefa. Pacífica e tranquila no que dizia respeito à eficácia da operação porque obviamente que não estavam nem pacíficos nem tranquilos em relação áquilo que seriam os custos que tudo isto iria trazer não apenas para as finanças da câmara mas também a exigência que se iria colocar às várias unidades orgânicas para poder dar resposta a todas estas solicitações.-----

-----Referiu que, por exemplo, os Diretores dos agrupamentos, de uma forma muito legítima, fizeram um caderno de encargos das obras que eram necessárias fazer nos seus Agrupamentos. Cadernos de encargos esses que andavam há 10 ou 15 anos a colocar ao Ministério da Educação e aos quais o mesmo nem sequer respondia. Acrescentou que o caderno de encargos ia muito para além dos 20 mil euros por ano que iriam receber para cada edifício. -----

-----Disse que aquilo que importava agora era que este processo fosse feito de uma forma pacífica e tranquilizadora até porque estavam a falar de 400 pessoas que iriam passar a integrar e que no dia 25 de Abril tinham que ter o seu ordenado na conta passado pela Câmara Municipal para além de todas as outras questões relacionadas com a ação social escolar, transportes escolares e equipamentos. -----

-----No âmbito da ação social, referiu que foram realizadas 2 reuniões, uma com a Diretora do Instituto da Segurança Social de Setúbal e uma reunião mais alargada à plataforma supraconcelhia onde tinha estado presente o Secretário de Estado. -----

-----Disse que acreditava que a migração das competências ou a transição das competências da Segurança Social para a CM, mais uma vez com o esforço dos técnicos da Autarquia e da comissão de acompanhamento que também havia sido criada para esta área específica, se iria fazer com tranquilidade, nomeadamente o protocolo que iriam fazer ao nível do Rendimento Social de Inserção (RSI) e a criação de gabinetes técnicos para fazer o apoio social a todos os municípios que recorressem aos serviços da CM e que até ao dia 1 de Abril estariam a recorrer ao serviço da Segurança Social, obviamente para além de todas as outras matérias que neste momento iriam ser descentralizadas.-----

----- Referiu que tinha sido muito claro na intervenção que tiveram, sobre tudo com o Secretário de Estado, que por enquanto eram estas competências mas que num futuro próximo viriam muitas mais competências para Autarquia, competências essas que hoje a segurança social ainda iria manter mas que num futuro próximo passariam também para a Câmara.-----

-----Disse que no âmbito do protocolo do RSI, iriam receber os valores correspondentes a 2018 da verba que a Segurança Social gastou em 2019 para o RSI, referente a 2018. Disse também que todos sabiam que a situação em 2022 em termos sociais no Concelho de Sesimbra era diferente com certeza até porque

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025





## Assembleia Municipal de Sesimbra

estavam a passar ainda por uma pandemia e obviamente que os apoios sociais seriam mais do que eram necessários em 2018. -----

-----Neste momento ao nível do RSI, o protocolo que a Segurança Social tinha com a Cercizimbra, que fazia o atendimento nesta área junto dos munícipes, era um protocolo para cerca de 300 utentes. Aquilo que era reportado pela Cercizimbra era que estavam a acompanhar cerca de 500 utentes mas recebia da Segurança Social para 300 e precisava de mais dinheiro, mais que não fosse para ter mais técnicos para conseguir acompanhar os 200 utentes que não estavam contabilizados no protocolo atual com a Cercizimbra nem na verba que seria transferida para o Município para esta função. -----

-----Disse também que a Segurança Social em 2018, com aquilo a que chamavam de Fundo de Socorro Social, ou seja, aqueles subsídios eventuais e irregulares que eram dados quando alguma família, algum agregado familiar ou alguma pessoa isolada tinha a necessidade de um apoio eventual por parte da Segurança Social, gastou 48 mil euros, e a verba que iria ser transferida para o Município Sesimbra para fazer exatamente esse tipo de apoios era 20 mil euros. Estavam a falar daquilo que achava ser um logro, pedindo desculpa pela expressão dura, porque ouviam muitas vezes dizer que aquilo que o Estado pretendia com a descentralização de competências era que as autarquias fizessem o mesmo de uma forma melhor porque estavam mais próximas, e concordavam que certamente fariam melhor porque a proximidade era maior e permitia um trabalho mais eficaz e mais atento, mas obviamente que precisavam que houvesse mais dinheiro para executar as competências. -----

-----Acrescentou também que sempre haviam dito que o Estado iria transferir para as autarquias a verba que o próprio gastava, mas pelos valores referidos aqui dava para perceber que não era verdade porque iriam receber menos do que o Estado gastava atualmente para fazer mais do que aquilo que o Estado atualmente fazia. Esta era a grande preocupação que não iria ser manifestada no dia 1 de Abril, mas sim ao longo de todos os tempos subsequentes quando tivessem de fazer opções entre assumir comprometerem-se com a transferência de competências ou com aquilo que já eram as competências da Câmara porque certamente que o orçamento não iria poder cumprir com as preocupações acrescidas. --

----- Em relação à abertura do ano letivo, disse que abriu com a regularidade possível dentro de um contexto de pandemia, com todos os confinamentos, os avanços e recuos em relação à abertura e fecho de aulas e alunos a ir para casa. Acrescentou que a questão da pandemia era conjuntural e que notava-se a evolução com o avanço da vacinação, mas onde as questões não eram conjunturais, mas sim estruturantes e se iriam manter e a gravar nos próximos tempos e ter uma implicação grande nas aberturas dos anos letivos, era a falta de professores. Tinham ainda hoje no Concelho de Sesimbra muitas turmas e

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

muitos alunos que ainda não haviam tido, por exemplo, físico-química ou geografia, e se havia turmas a ter inglês era porque muitos diretores estavam a colocar professores que não tinham habilitação própria de inglês porque falavam inglês e conseguiam ajustá-lo o domínio básico.-----

-----Disse ainda que mais difícil era nas aulas de físico-química ou nas aulas de geografia onde as aptidões técnicas e académicas eram mais específicas. Na verdade, a falta de professores era um problema muito grave que tinha muito impacto na vida dos nossos jovens numa altura em que falavam muito do insucesso e do abandono escolar. Quando a Autarquia investia muito em projetos de apoio no combate ao abandono escolar, e eram vários os projetos e os Deputados conheciam-nos muito bem apesar da confusão que às vezes era ler os relatórios, estavam plasmados em várias áreas de intervenção da câmara e o apoio dado às escolas e às família, mas quando estavam tão preocupados com o abandono e com o insucesso escolar, depois eram confrontados com este problema estruturante que iria agravar-se nos próximos anos.

-----Por fim, Bastava ter visto ontem a comunicação social quando diziam que nos próximos anos mais de 300 professores iriam reformar-se e essa falta de professores agravar-se e muito. Esta era uma preocupação desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, bem como dos Encarregados de Educação e da comunidade educativa de uma forma geral que tinham que refletir e debater para que pudesse haver soluções embora as mesmas viessem do passado e não fossem fáceis de resolver, nomeadamente ao nível da desvalorização que tinha vindo a ser feita nos últimos anos da carreira de docente e daquilo que era o papel do professor. -----

-----De seguida, **o Presidente da AMS** fez o ponto da situação dos tempos de cada bancada.-----

-----Solicitou o uso da palavra **o Deputado Sérgio Faias** que começou por cumprimentar todos os presentes e também os que estavam a acompanhar a sessão em casa.-----

-----Referiu que pelo que havia percebido, neste momento o Executivo já não tinha tempo para responder às questões de acordo com o Regimento, mas iria fazer as questões de qualquer forma e depois poderiam responder por escrito se assim o entendessem. Acrescentou que iria colocar as questões de forma relativamente sucinta na expectativa que depois a resposta também fosse apresentada de forma sucinta que tornava tudo mais eficaz e ajudava a quem estava a acompanhar os trabalhos.-----

-----Perguntou como é que estava a instalação dos Postos de carregamento de veículos elétricos no parque Augusto pólvora que havia resultado de um protocolo com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) que tinha vindo aqui para aprovação.-----

----- Questionou em que estado se encontrava o processo de concessão de rede de baixa tensão do município, uma vez que estria em preparação a construção dessa rede.-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Sobre o mercado da Lagoa de Albufeira, que era uma instalação que o Partido Socialista tinha vindo a acompanhar ao longo dos anos com os profissionais, disse que tinha havido sempre muitas reclamações sobre as instalações das pessoas que lá vendiam os seus produtos. Perguntou se estavam previstas e quando é que seriam feitas as respetivas obras, e sobre o Parque de Campismo da Ribeira do Cavalo, perguntou quando é que seria feita a sua abertura. -----

-----De seguida, disse que gostariam de deixar aqui um alerta sobre o fogo-de-artifício na passagem de ano, que sabiam que o da Autarquia não tinha acontecido, mas viam ao longo dos anos um proliferar de fogos que eram emitidos por particulares e era importante perceber de que forma é que se podia fiscalizar e sensibilizar para esta situação porque de facto tinha muitos riscos associados e era preciso fazer-se alguma coisa para começar a mitigar esses riscos e a sensibilizar a população para os riscos associados. -

----- Deixou também uma nota de preocupação com aquilo que tinha vindo a ser o conjunto de processos resultantes da intervenção de pessoas que tinham vindo a ter acesso a documentos do Município, designadamente também uma deputada da AMS. O que viam era dezenas de processos que estavam em curso. Perguntou se a Autarquia tinha uma estimativa dos custos administrativos e dos recursos humanos que eram empregues nestes processos uma vez que consideravam que não era razoável que todos os munícipes estivessem a pagar estes custos e era preciso perceber quais eram os impactos desta forma de intervir. -----

----- Questionou o que é que estava a ser preparado em termos das eleições legislativas, designadamente no dia 23 que iria haver antecipação das votações e gostavam de perceber quais eram os números de mesas e o que é que estava a ser preparado nesse sentido. -----

-----De seguida, disse que era importante referir que no passado mês de novembro tinha existido um encontro sobre economia do mar e das pescas. Acrescentou que houve uma forte recuperação e que a nível nacional foram ultrapassados os 250 milhões de euros de pescado transacionado em lotas, o que significava que o setor havia batido o recorde desde que existiam registos. Isso era importante para o nosso Município uma vez que Sesimbra terminara o ano 2021 mais uma vez como o primeiro Porto em termos de quantidade de pescado transacionado, e o terceiro em termos de valor.-----

-----Por fim, disse que a Artesanal Pesca, a Cooperativa de Armadores, recebeu o prémio de segundo maior comprador a nível nacional de pescado com 9,7 milhões de euros comercializados por essa cooperativa. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Pedro Mendes** que, sobre a reunião do Turifórum, disse que a Vereadora Argentina Marques havia referido apenas a constituição da associação e alguns temas que

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

tinham sido abordados, e nessa mesma agenda estavam as necessidades do Concelho inerentes ao turismo e à constituição da Associação, pelo que gostava de saber, uma vez que tinham estado presente cerca de 5 elementos, quem eram os mesmos e que áreas estavam a representar. -----

-----Solicitou esclarecimentos relativamente à delegação de competências que o grupo do Torifórum havia solicitado. -----

----- Disse que na reunião de Câmara de 22 de dezembro foi antecipada abertura da época balnear para dia 4 de Junho, e a Vereadora teria dito que antecipariam para 4 de Junho por causa dos feriados de 10 e 13 de junho, e por ser um destino muito procurado propunham esta data. Questionou se esta tinha sido uma avaliação feita e Ponderada pela Vereação do turismo ou se havia partido dessa reunião com o Turifórum.-----

-----No que dizia respeito ao *site Visit Sesimbra* e da melhoria dos conteúdos, disse que a Vereadora havia esclarecido também nessa reunião que pretendia implementar, uma vez que se referia essas melhorias relacionadas com o turismo, com as atividades e as experiências, primeiro a melhoria dos conteúdos depois a desmaterialização, bem como fazer uma Interligação com os *smartphones e tablets* em todo o Concelho onde inclusive havia referido que era para todo o Concelho onde existia edificado e beleza natural, portanto uma melhoria para os cidadãos de Sesimbra e para quem visitava. -----

-----Disse também que quando olhavam para o *site* verificavam que havia conteúdos da cultura, da praia, da natureza, os vídeo com divulgação, os vídeos de uma campanha que até há bem pouco tempo era de sucesso, e tinham as experiências de natureza, de desporto, de gastronomia, de mergulhos e os eventos que inclusivamente até costumavam estar atualizados e quem visita esse site sabia que estavam atualizados. Perguntou quais eram as atualizações que a Vereadora pretendia efetuar e o que é que pretendia efetuar.-----

-----Concluiu solicitando esclarecimentos ao Executivo em relação ao projeto de colocação do *wi-fi* no Concelho, extensível agora ao parque Augusto pólvora, e perguntou se estava equacionado repor a disponibilidade de rede *wi-fi* no Auditório Conde Ferreira. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Paulo Caetano** que disse que a Bancada do PS também tinha equacionado perguntar sobre o Projeto Energia Sesimbra YME, mas que não o tinham feito porque o Deputado Pedro Mendes tinha colocado essa questão. Disse que, em relação às explicações do Presidente da CM sobre esse ponto, não tinha percebido bem a indicação de que tipo de projeto bombagem era e gostava de tomar nota.-----

----- Sobre a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo a propósito do Aterro do

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Zambujal, disse que havia um esclarecimento que achava ser importante para quem estava a ouvir e para os munícipes que estavam a acompanhar à distância, que tinha a ver com a verba do fundo ambiental. Explicou que a mesma tinha sido disponibilizada para tratar deste assunto, não para fazer a reabilitação do local mas para promover o estudo e o projeto de reabilitação. Neste momento o que estava em curso, era a empresa que estava no terreno a fazer avaliação da possível eventual contaminação e eventualmente isso poderia levar a um projeto de reabilitação, mas a verba do fundo ambiental não estava destinada para a própria reabilitação que viesse a ser necessária. -----

----- Relativamente à explicação do Vereador José Polido sobre a gestão de resíduos e o aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), disse que segundo as contas feitas pelo Vereador, a grosso modo teriam em pouco tempo um aumento de 4,5 vezes o preço tonelada de resíduos despejados em Aterro da Amarsul, e por muito que satisfizesse que o valor per capita de recolha seletiva neste Município fosse o mais elevado da AML, ou pelo menos da área de influência da Amarsul, isso não podia levar a pensar que não houvesse mais nada a fazer em relação à recolha de resíduos e à deposição de resíduos em Aterro. -----

-----Se a recolha seletiva per capita continuasse a aumentar mas isso significasse também que a produção de resíduos, nomeadamente os indiferenciados que iam parar a aterro como destino final continuava a aumentar também, na verdade não estavam a contribuir para a resolução do problema. ---

-----Acrescentou que estavam longíssimo a nível nacional e até nível Municipal de atingir metas de diminuição de redução de deposição em Aterro e portanto se a conta de grosso modo de tarifário mais TGR significava o aumento de 4,5 vezes, perguntava porque é que isto não levava logo a pensar que deviam era de reduzir a produção de resíduos em 4,5 vezes, e assim ficariam mais ou menos no mesmo valor, e portanto esse sim era um objetivo que, talvez demasiado ambicioso para o curto prazo, mas certamente que a médio e longo prazo teria que ser muito mais do que isto porque inevitavelmente em poucos anos no nosso período iriam ter que ver a deposição em Aterro como correspondendo a zero e não às toneladas que depositavam agora. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado Jaime Santos** que agradeceu novamente as boas vindas e, relativamente à realização dos testes à Covid-19, questionou se a Câmara não tinha recebido um financiamento do estado, porque tinha visto uma notícia qualquer sobre isso. -----

-----Informou em seguida que a Farmácia Leão só tinha disponível o próximo dia 19 para o agendamento do teste e que na semana seguinte havia alguns dias ainda com vagas disponíveis. -----

-----Tomando de seguida o uso da palavra, o **Presidente da CMS** respondendo às questões referiu o seguinte:-----

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O procedimento sobre os postos de carregamento no Parque Augusto Pólvora estava a decorrer;  
----- O processo de concessão de baixa tensão estava a ser contratado pelos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa; -----

----- A obra do Mercado Livre na Lagoa de Albufeira não estava contabilizada para 2022; -----  
----- O Mercado da Quinta do Conde estava em reabilitação e poderia passar para a Junta de Freguesia se fosse essa a intenção por parte da Junta no quadro da transferência de competências que estava a decorrer. -----

----- Sobre o Parque de Campismo do Forte do Cavalo disse que tudo indicava que abriria em 2022. -  
----- Relativamente ao fogo-de-artifício competia à GNR fazer a fiscalização e se fosse no domínio público marítimo deveria ser a própria Autoridade Marítima. A CMS poderia sensibilizar, mas deveria existir uma fiscalização e uma ação eficaz por parte das forças de segurança. -----

----- Sobre os processos e a desproporcionalidade de pedidos de informação disse que deixava o repto de qualquer deputado poder perguntar à câmara municipal, o número de processos, de horas e número de encargos que a Deputada Municipal e Cidadã Anabela Rocha já fizera ao município de Sesimbra. O que podia confirmar era que a resposta iria demorar algum tempo a chegar, também para compilar todos os dossiers. -----

----- Sobre as eleições legislativas informou que iriam decorrer da mesma forma como vinham decorrendo do ponto de vista de segurança relativamente às questões do Covid-19. Acrescentou que no dia 23 iria haver uma duplicação das mesas para o voto em mobilidade e que seriam 6 em Sesimbra e 6 na Quinta do Conde por indicação da própria administração eleitoral. Os membros das mesas e toda a equipa que iria estar na operação das eleições, fosse no voto antecipado em mobilidade no dia 23, fosse no dia 30, tinham a possibilidade de poderem ser vacinados com a terceira dose, no dia 15 de janeiro, por iniciativa também da administração eleitoral e da DGS. -----

----- Não acreditava que houvesse a necessidade de no dia 23 existirem 12 mesas no Concelho, mas seria cumprido. Era solicitado, pela administração eleitoral, que em cada umas dessas mesas em mobilidade pudessem ser no máximo 500 eleitores, o que significaria que o potencial que a CMS tinha neste momento era que pudessem votar em mobilidade 6000 pessoas no concelho de Sesimbra, sendo que poderiam ser pessoas que não residiam no concelho de Sesimbra mas que escolhessem as mesas de Sesimbra para poderem votar. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Deputado Pedro Mendes disse que sem prejuízo da Vereadora Argentina Marques poder depois dar o seu contributo, pensava que se justificava que ele respondesse até

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

porque tivera o Pelouro até há bem pouco tempo, e seria de bom tom que a Assembleia Municipal tivesse consciência daquilo que era todo o processo negocial nas questões relativas ao TURIFORUM.-----

-----Disse que nem sempre corra bem. Tinha havido avanços, mas também muitos recuos. O TURIFORUM era um grupo informal ligado a um conjunto de operadores das mais diversas áreas, desde o alojamento convencional, hotéis, alojamento local, restauração, empresas de animação turística, marítimo-turísticas, e tinha um grupo mais restrito que fora recentemente reorganizado por áreas funcionais. -----

-----Tinha havido um interregno de cerca de 1 ano e meio que praticamente não tinha havido avanços e recuos face às circunstâncias que se atravessaram devido à pandemia, mas tinha havido sempre a intenção, pelo menos do ponto de vista do município, para uma associação de cariz mais formal que pudesse de certa forma, também ser um parceiro mais ativo, mais representativo, naquilo que efetivamente era a dimensão turística no concelho.-----

-----Do ponto de vista do município existiam várias dimensões para que isso acontecesse. A primeira porque do ponto de vista de promoção do destino as coisas podiam funcionar, mas existiam duas grandes falhas que existiam neste momento, e que salvo melhor opinião não podiam ser imputadas ao Município mas imputadas a toda a estrutura, incluindo também os operadores privados, que tinha a ver com a falta de divulgação das operações que existiam no Município, das operações dos operadores face às ofertas que existiam no Município, ou seja, era a divulgação que a CMS podia fazer dos passeios pedestres, visitas e observação dos golfinhos, mergulho, alojamento e gastronomia, mas não existia uma divulgação efetiva nos meios digitais de quais eram as empresas que podiam promover essas mesmas atividades. Tal como não existia a concertação e agregação de produtos e de ofertas que juntava mais do que uma atividade, nomeadamente uma atividade que poderia ser de experiência associada ao alojamento. Tinham também muitas vezes, problemas ao nível do próprio Posto de Turismo físico, com algum descontentamento sobretudo nas áreas das empresas de animação turística, marítimo-turística, porque como se sabia, o município fazia marcações de visitas, mas não podia receber essas marcações de visitas. Tinha de contactar telefonicamente ou por email os operadores, tendo havido manifestações de desgosto de vários operadores porque calhava sempre ao mesmo operador, depois passado um mês eram os outros operadores, ou seja não era fácil e em determinada altura, ele próprio, enquanto titular do pelouro, entendera que não deveria haver, de certa forma, mais abrangência porque o número de operadores sobretudo de empresas de animação turística triplicara em 6 ou 7 anos, face àquilo que existia, assim como o alojamento local para além do alojamento convencional. Já existiam mais camas em alojamento local do

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que no alojamento tradicional, e, portanto, era preciso encontrar uma associação que pudesse fazer aquela diferenciação entre aquilo que eram os associados e os produtos. -----

-----Numa primeira análise o objetivo era que o Município fosse também um sócio enquanto entidade pública, o que não era diferente do que acontecia à escala de uma dimensão muito maior, com a Associação de Turismo de Lisboa, da qual o Município também era associado, ou com a Associação de Turismo de Cascais, ou com a Associação de Turismo do Algarve, ou até aqui mais perto, numa versão mais recente e mais reduzida e muito entroncada num conceito que acabava por ser o mesmo do ponto de vista formal, mas que tinha o chapéu das baías mais belas do mundo, que era a Associação da Baía Azul em Setúbal. -

----- O grande objetivo principal era haver diferenciação entre aquilo que eram os associados e se pudesse protocolar, fosse por via de inserção nos instrumentos digitais nomeadamente o site, redes sociais, no posto de turismo, e depois também naquilo que eram as presenças institucionais nas férias e nos certames relativamente à promoção do território. -----

-----Nunca se conseguira evoluir para aquela solução por motivo de algumas diferenças e divergências muitas vezes entre os próprios setores e também entre o próprio Município. O Município e ele próprio, na discussão que vinha sendo feita ao longo de alguns meses, também não via com maus olhos, a exemplo daquilo que acontecia noutros municípios como Lisboa, que existissem algumas das áreas e uma das quais era a gestão dos postos de turismo, que fossem delegadas numa associação do setor. Se fazia sentido que existisse diferenciação entre aquilo que eram os Associados e aquilo que não eram os Associados, mais sentido faria ainda se eles pudessem fazer as marcações e os pagamentos diretamente nos postos de turismo. Esta possibilidade não era descabida.-----

----- Tinha havido falta de algum entendimento naquela matéria porque o Município não podia delegar sem existir um contrato de delegação de competências ou um contrato interadministrativo, ou seja, o Município podia delegar na associação, fosse ela qual fosse, a gestão de uma matéria que era da sua responsabilidade, mas tinha que estar protocolada e tinha de ter um controlo de execução com determinadas tarefas, por muito subjetiva que pudesse ser muitas das vezes, e com alguma autonomia que pudesse ser acometida à associação que representava e efetivava essa mesma competência.-----

----- Por outro lado, percebia do ponto de vista de parte da iniciativa privada, que seria importante que tivessem, não apenas uma palavra mais ativa, mas sobretudo uma decisão efetiva naquilo que era o financiamento que o município alocava, de certa forma, àquilo que era a promoção turística nas mais variadas dimensões, nos grandes projetos existentes, culturais e do território, que de certa forma eram atrativos também turisticamente, e também naquilo que eram as iniciativas, desde a promoção em vídeo,

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025





## Assembleia Municipal de Sesimbra

promoção digital e em *outdoors*.-----

----- A participação ativa pressupunha num entendimento muito grosseiro, que o Município pudesse transferir para essa associação o montante que permitisse ter autonomia na gestão financeira destas iniciativas. Também pressupunha a gestão do estacionamento que explicara que não seria possível de todo porque era uma concessão e tinha que ser uma empresa que geria estacionamento. -----

-----A posição da CMS era que havia vontade que houvesse uma estrutura que fosse formal, efetiva, com responsabilidade tendo em conta o que era hoje a dimensão dos operadores do setor turístico em toda a sua dimensão.-----

----- Era de opinião que devia ser mais do que a abrangência do território do concelho de Sesimbra porque o principal produto era a Arrábida que devia estar integrado, particularmente com o enoturismo mais perto de Sesimbra do que da cidade de Setúbal e que era hoje um produto de excelência também do ponto de vista de promoção turística e de procura. -----

-----Prosseguiu dizendo que a CMS tinha aquela visão que podia ser implementada através de um contrato interadministrativo para algumas responsabilidades, nomeadamente ao nível de gestão do turismo e dos postos de turismo, porque tinha que haver uma relação causa-efeito. -----

-----A CMS não descartava a posição de haver um fundo alocado à promoção turística, a exemplo do que Lisboa fazia, a Câmara de Lisboa tinha o fundo de desenvolvimento turístico no seu orçamento, e que o Município assumisse em termos percentuais, que esse fundo turístico que o Município alocava no seu orçamento, pudesse ser investido de acordo com o parecer de uma associação formal. Traduzindo um pouco em palavras, 20% do fundo seria para a promoção digital, 40% para investimento de infraestruturas físicas, 30% para a limpeza urbana e melhoramentos da atividade de determinados territórios, e depois obviamente todos os anos existiria um parecer formal. Normalmente esse fundo era criado com a receita do ano anterior, e aí surgia uma dissidência de opinião porque a exemplo daquilo que acontecia em todos os territórios e Municípios que tinham um fundo com aquelas características, participado na decisão por parte dos operadores privados, aquele fundo resultava de uma taxa turística. -----

----- A CMS achava que eventualmente isso fosse possível desde que fosse implementada uma taxa turística. Pelas suas contas, e estando a falar de 2019, representava cerca de 1 milhão de euros, que para a CMS faria todo o sentido que fosse adensado àquilo que era hoje o orçamento municipal e que pudesse ser alocado para esse fim. A verba não podia ser transferida para uma associação, mas podia estar num fundo como Lisboa tinha. -----

-----Disse depois que Lisboa utilizara o fundo turístico, que eram cerca de 36 milhões, por decisão dos

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

operadores da cidade, na reabilitação do Palácio da Ajuda, na realização mais recente da Estação Sul e Sueste no Terreiro do Paço e na promoção turística daquilo que era o destino da cidade de Lisboa. -----

-----Existia aquela divergência e ainda não tinha sido possível chegar a uma consensualização. Esperava que o caminho se fizesse para se poder eventualmente chegar a uma consensualização que seria bom para todos. - -----

-----Prosseguindo os esclarecimentos disse que o *wi-fi* no Parque Augusto Pólvora devia estar para breve porque era uma candidatura com quase 2 anos e o Município tinha que a instalar até março para não perder a verba.-----

-----Desconhecia a situação no Auditório Conde de Ferreira, mas julgava que fosse uma falha pontual.

----- Quanto às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano disse que o nome técnico que conhecia era bombagem geração e era a criação de um grande lago artificial com condutas por toda a Serra do Risco com captação de água do oceano, elevada a 200 metros e com um sistema de adução também, e seria essa a produção de energia. A experiência que tinham trazido era do Japão. -----

----- A capacidade de produção dava para quase toda a Área Metropolitana, como reserva. Estava previsto envolver toda a zona da Serra do Risco, em todo aquele buraco da Serra do Risco. Era um projeto de uma dimensão brutal com um investimento que rondaria cerca de 600 milhões de euros.-----

-----Era um projeto que teria de ser analisado com muita cautela. Estavam a falar em cavernas em toda a área cársica do Risco. -----

-----Aparentemente quer a DGEG, quer a Agência Portuguesa do Ambiente, associadas através do próprio Ministério, para a implementação do projeto, até por uma falha conforme fora transmitido pela DGEG, neste momento, de armazenamento de energia necessária como recurso face ao encerramento das centrais a carvão. Também percebera, sem dizerem diretamente, que existia uma entidade, que para todas, incluindo as públicas que referira, representava um grande handicap e que se chamava ICNF e que teria de ser parte integrante na avaliação e ponderação daquela solução. -----

-----Confessava que numa perspetiva um bocadinho empírica muito incipiente, se olhassem para uma dimensão que às vezes era colocada na AMS de um buraco com uma dimensão tão pequena no Zambujal que era a Pedreira n.º 12, o aterro tantas vezes falado, se olhassem estritamente para isso toda a gente não veria com bons olhos que aquilo fosse reabilitado para uma dimensão daquela natureza. -----

----- Achava que a dúvida maior se prendia com duas questões, aquilo que era a garantia do sistema cársico da Arrábida, com o sistema em cavernas que atravessava toda a vertente do Risco, e a outra questão, sabendo-se que a proposta era levar à central de alta tensão de Fernão Ferro, como é que a



## Assembleia Municipal de Sesimbra

energia ia lá chegar. Se fosse por via aérea ninguém teria vontade de colocar no Concelho linhas de alta tensão. A ser enterrado, representaria custos brutais para a operação. -----

-----A CMS iria precisar de uma nova reunião também com um conjunto de técnicos da CMS, até porque o que era hoje pedido ao Município era uma informação não vinculativa, que era uma figura jurídica que existia do ponto de vista da ponderação face aos instrumentos de gestão do território. Para a CMS era difícil uma avaliação de um processo daquela natureza, mas ficara o compromisso da empresa, da DGEG e da Agência Portuguesa do Ambiente se reunirem com a Assembleia Municipal para apresentação desta solução. -----

-----Quanto à questão do Aterro do Zambujal referiu que todos sabiam a quantidade de vezes que a Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia do Castelo, a Câmara Municipal tinham denunciado as questões sucessivamente, fosse ao Ministério do Ambiente, fosse à CCDR, e colocara as questões no Ministério Público, sendo que o Município fora informado sobre determinadas ações e expectativas da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) e acompanhara o processo através do Gabinete de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e confessava que era no mínimo caricato que o Município não tivera uma única comunicação, nem do Ambiente, nem da CCDR, de que o estudo iria iniciar. Não tinha que haver, era um facto, mas face às circunstâncias que eram conhecidas faria todo o sentido. -----

-----Tivera conhecimento informalmente porque a empresa que ganhara o concurso e estava no terreno pedira a colaboração a uma entidade do Concelho que depois perguntara à CMS se sabia o que era a operação. -----

----- Quanto à questão da taxa de resíduos, as tarifas da AMARSUL e a TGR, disse que o problema é que não se podia penalizar as autarquias face àquilo que era a ineficiência de um sistema que era supramunicipal e diria mesmo nacional, o problema que neste momento a CMS tinha em mãos era que a AMARSUL tinha 2 aterros a funcionar, aliás um deles que era para onde ia o lixo depois da estação de transferência, que era o aterro do Seixal, estava no limite, já era uma montanha, e portanto teriam que encontrar soluções porque a CMS estava a pagar para pôr em aterro. Se existisse forma legal, sairia mais barato ao município ir depositar à VALORSUL, que ficava em Loures, mesmo com os encargos dos transportes, com coincineração, do que ir depositar em aterro. Legalmente não o poderia fazer porque tinha que depositar na AMARSUL. -----

-----Acrescentou, relativamente à TGR, que a ANMP no último Congresso votara por unanimidade uma recomendação ao Governo para não aumentar a TGR porque não fazia sentido porque iria onerar mais os

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios porque todos iriam fazer com que não fosse refletido diretamente nas faturas dos serviços urbanos aos cidadãos. -----

-----Relativamente à tarifa da AMARSUL disse que não se deviam esquecer que a AMARSUL nunca deixara de funcionar enquanto fora totalmente pública. Não havia défice tarifário na empresa. Para além de lucro tinha dividendos que eram para serem investidos, mas depois foram distribuídos os dividendos e hoje era uma empresa que reiteradamente tinha resultados negativos e todos estavam a pagar por isso, sem terem uma interferência na gestão de uma empresa que era privada e tinha que ser lucrativa. -----

----- Quanto à questão que o Deputado Jaime Vaz colocara sobre os testes COVID, respondeu que a CMS não tivera nenhum financiamento nem para os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) nem para testes COVID. Disse que até ao final de 2021, desde março de 2020, a CMS, entre aquilo que eram recursos humanos afetos muitas vezes imputados ao Gabinete Municipal de Proteção Civil, os EPI's, testes, instalação de centros de vacinação, gastara cerca de 3 milhões. -----

----- A CMS fizera uma candidatura que abrisse no programa de assistência técnica de Lisboa 2020, e recebeu 200000 € para EPI's que adquirira entre março de 2020 e setembro 2020, em que a CMS gastara 400000 €. Em termos de testes, o Município já tivera a colaboração e tinha a possibilidade de ter testes alguns por via da Administração Regional da Saúde para testagem aos funcionários da autarquia e portanto dentro da organização da câmara municipal. -----

----- Por via do protocolo com a ARS Lisboa e Vale do Tejo também existia a possibilidade de outras organizações poderem fazer estes testes desde que cumprissem as regras de DGS relativamente àquilo que era a submissão no SINAV dos resultados dos mesmos. -----

----- Como já dissera, a aposta da CMS nunca fora fazer testes massivos gratuitos, mas sim dirigidos e em articulação com a Unidade de Saúde Pública de Sesimbra, e identificados os focos onde a CMS considerava ser importante fazer uma testagem massiva porque representavam casos acima da média, como por exemplo, em determinada altura, nas escolas, no porto de pesca em articulação com a DOCAPECA, e os que se fizeram ultimamente tinham a ver com a falta de resposta que existia no Concelho por parte das farmácias e laboratórios. De momento já a Farmácia Leão e os dois laboratórios do Germano Barros de Sesimbra e Santana tinham disponibilidade dos testes gratuitos, mas o Município de Sesimbra por enquanto ainda continuava a fazer ações de testagem no sentido das pessoas poderem ter o certificado que só fora possível porque a CMS contratara diretamente enfermeiros inscritos no SINAV que permitia emitir essa certificação. -----

-----Disse depois, retificando a afirmação do Deputado de que da CMS era muito reativa e pouco

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

proativa, que não se esquecia, para o bem e para o mal, se calhar até com prejuízo para o presidente da Câmara à época, que era ele próprio, de ter sido o único no país que não cumprindo as regras na altura do Conselho de Ministros, assumira que naquela semana o Município de Sesimbra devia manter os horários de funcionamento dos estabelecimentos.-----

-----Portanto não fora reativo, mas sim proativo com o prejuízo até eleitoral que pudesse ter representado.-----

----- Mas essa opção fora tomada porque a CMS sabia, com os números que tinha, que naquela semana, mesmo que fosse permitido um aumento do horário de funcionamento sobretudo de estabelecimento de restauração e bebidas e similares, a CMS sabia que na semana seguinte iria baixar dois níveis, porque na altura eram contabilizados os valores de duas semanas consecutivas, e seria impossível haver uma recuperação o número de infetados o que significaria que ou mantinha e baixava como acontecera na semana seguinte, ou teria uma discrepância que era aumentar o horário para as duas da manhã e depois na outra semana dizer que não podiam estar abertos.-----

-----Garantidamente também tinha de dizer que com o contexto em que se vivia, e hoje não fugia à regra, a CMS tinha de tomar as decisões com muito pouco espaço de ponderação e podiam não ser as mais acertadas.-----

-----Tomou em seguida o uso da palavra a **Vereadora Argentina Marques** que disse que afinal não tinham sido cinco pessoas da TURIFORUM na reunião, mas seis, sendo que o objetivo da reunião era a apresentação ao novo executivo dos novos representantes do grupo informal da TURIFORUM e conversar um pouco sobre os seus objetivos e do próprio Município. Tinham estado presentes, ela própria e o Dr. Jonas Cardoso por parte do Município e do setor das atividades turísticas, José Saleiro, do setor da Restauração e similares, Rodrigues Lopes e Susana Filipe, do setor de hotelaria, Vitor Cópio, e do setor de alojamento e agências de viagens, Diana Martins e Susana Brites.-----

-----Disse que o facto da época balnear ter sido antecipada para 4 de junho tinha a ver simplesmente com uma opção do posto do turismo evidentemente baseadas no Gabinete do Turismo e com a perceção do que acontecia noutros municípios que também antecipavam a sua época balnear, e porque surgiam os feriados de 10 e 13 de junho.-----

-----Esta proposta fora submetida a reunião de CMS e votada favoravelmente pelo executivo.-----

----- Disse que o caminho se fazia caminhando e o que transmitira à TURIFORUM fora que lhe fizessem chegar o regulamento que estavam a prever para se constituírem como associação. O site da Câmara Municipal de Cascais tinha um regulamento muito próximo do que fora apresentado. Seria o regulamento

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de uma associação e o Município não intervinha nessa questão. -----

----- Sobre a transferência de competências, conforme o Presidente da CMS já afirmara, seria exigida a constituição de uma associação formal que depois contactasse a Câmara Municipal de Sesimbra, e nessa altura a CMS veria se porventura, através de protocolo, poderia fazer alguma dessas transferências, com a autorização da Assembleia Municipal.-----

----- Relativamente ao site “visitsesimbra” referiu que a conversa entre o Gabinete de Turismo, a Divisão da Cultura, e a Divisão da Comunicação” não tinha sido inicialmente o enfoque na atualização do site de Sesimbra, mas tinha o enfoque no sentido de se passar para conteúdos que os turistas e os cidadãos pudessem aceder por telemóvel, smartphone, iPhone, Tablet, a organização de percursos e locais a visitar. -----

-----O que lhe fora dito pela experiência do Chefe de Divisão da Comunicação era que se devia incidir na atualização dos conteúdos do próprio site para depois se passar para aquela segunda abordagem. ---

-----Seria aquela transformação digital que se pretendia. No entanto o processo devia ser iniciado por transformar um pouco os conteúdos que estavam no site “visitsesimbra”. -----

-----Em termos das competências que a TURIFORUM pretendia, seriam elencadas numa próxima reunião, mas como já dissera a CMS não podia tomar qualquer decisão relativamente o assunto.-----

-----Respondendo depois ao Deputado Sergio Faias sobre o Mercado na Lagoa de Albufeira disse que o Presidente já informara que não estavam previstas grandes obras, mas de facto a queixa dos produtores era que chovia e existiam diversas infiltrações. Acrescentou que já tinha sido feito um levantamento pelos serviços, e ela própria, a Coordenadora da Unidade de Economia Local e Gestão de Equipamentos e a responsável pelo mercado tinham-se deslocado ao mercado para aferir das reais necessidades. Estava agendada uma reunião para o próximo dia 19 de janeiro, envolvendo as três divisões da Câmara Municipal de Sesimbra, Divisão de Gestão de Frota, Divisão de Águas e Saneamento e a Divisão de Obras Municipais, porque não existindo orçamento para gastar em grandes obras, iriam recuperar os locais onde os produtores vendiam. Acrescentou que existia um projeto já há alguns anos que no fundo transformava aquele mercado num espaço não só de Mercado de Levante de produtores e de vendedores, mas também num espaço de um parque de feiras e exposições, um pouco um miniparque da Vila. -----

----- Pensava que a CMS devia recuperar esse projeto à luz do que existia atualmente, com serviços internos da câmara, e transformar aquele espaço não são num espaço onde ao sábado e ao domingo de manhã, eram vendidos produtos locais e eram utilizados para outros vendedores no Mercado Levante, mas um espaço onde se pudesse organizar outras Feiras, Exposições, e porventura até ter pequenos concertos porque aquela área, Lagoa de Albufeira, Aldeia do Meco, Alfarim, não dispunha de um espaço com aquelas

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

características.-----

----- Mas teria que passar sempre por um projeto interno dos serviços e por uma autorização do executivo.-----

----- Também o Parque de Campismo do Ribeiro de Cavallo, cuja abertura se previa para breve, seria visitado porque carecia de obras. Não tinha um orçamento que correspondesse às necessidades reais, mas também aí seriam convocados os serviços internos para ajudar a fazer as obras necessárias para poder abrir na próxima época balnear.-----

----- Tomou em seguida o uso da palavra o **Vereador Miguel Fernandes** que respondendo ao Deputado Pedro Mendes relativamente à instalação do equipamento do wi-fi no Parque Augusto Pólvora disse que o equipamento fazia parte de um projeto da plataforma Europeia do WiFi4EU e o Turismo Portugal. Era um projeto que a Câmara Municipal de Sesimbra já aderira com o seu antecessor, Vereador Sérgio Marcelino, já há algum tempo e começara com a instalação na marginal e no núcleo histórico e que depois se estendera a uma segunda candidatura ao Parque Augusto Pólvora.-----

----- Referiu que era uma candidatura que tivera início em junho de 2019 e quando tomara posse em outubro, a única coisa que sabia era que havia aquela instalação e que já tinha uma entidade vencedora do concurso, e que tinha de facto um prazo de execução para 31 de março, mas ainda não tinha sido executada sobretudo pela dificuldade em conseguir arranjar os componentes devidos a uma escassez de matéria-prima que era global.-----

----- Tendo em conta que estava a falar de um investimento que rondava os 20000 € e que a comparticipação de Fundos Europeus era de 15000 €, desde logo convocara uma reunião com caráter de urgência com o Gabinete de Tecnologia Sistemas de Informação e a ClaraNet, que era a empresa vencedora, a fim de encontrar uma solução. A opção fora recorrer a outro tipo de componentes que permitisse a instalação e que garantisse a mesma qualidade de serviço ou pelo menos com uma qualidade suficiente, e no caso de se verificar ineficiente no futuro, com o aumento da utilização que se esperava do Parque Augusto Pólvora, poder ser reaproveitada e otimizada em outro investimento. Tinha sido a solução que permitiria neste momento que a obra fosse executada garantindo os prazos e ainda assim o financiamento.-----

----- Relativamente a este projeto de wi-fi e não havendo financiamento porque o programa do WiFi4EU não estava em fase de candidatura, foi entendimento da Câmara Municipal de Sesimbra continuar a extensão deste projeto e contemplar no orçamento de 2022 uma verba que permitiria iniciar os procedimentos para a extensão do projeto à Quinta do Conde, nomeadamente, ao Parque da Vila e

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

também ao Mercado da Quinta do Conde, que já tinha uma instalação de base para os serviços mas passaria a ter para a população. -----

-----Acrescentou que muitas vezes olhava-se para aquele tipo de investimento e perguntava-se porque é que a Câmara Municipal investia em wi-fi para a população e não investia, por exemplo, em pavimentação, mas era cada vez mais necessário investir em autoestradas de informação porque este tipo de investimento em termos de infraestruturas tecnológicas, permitiam o desenvolvimento de uma série de recursos, quer em termos de aplicações, quer em termos de serviços, que eram e seriam cada vez mais prementes.-----

-----Sem existir esta infraestrutura que depois podia ser reaproveitada e otimizada, a interação inclusivamente com o tecido económico e cultural do Concelho, perdia-se, e também com os jovens e com esta geração extremamente conectada. Muitas vezes a interação ou a dificuldade de interação com os órgãos municipais podia ser melhorada sobretudo com recurso às tecnologias.-----

----- Relativamente ao sinal do wi-fi do Auditório Conde Ferreira, e pensava que o Deputado estava a falar sobre o sinal do wi-fi técnico, disse que tinha conhecimento que existiam obstáculos que vinham sendo pontualmente resolvidos, mas quando tomara posse deparara-se não só com dificuldades de sinal de wi-fi no Conde Ferreira, mas com dificuldade de sinal de wi-fi generalizado, de qualidade de equipamentos e défice de recursos humanos. Podia dizer que até o seu gabinete não tinha wi-fi, e tudo aquilo só era ultrapassado, muito em parte, devido à ação de resiliência do Gabinete de Tecnologias de informação e dos seus técnicos e engenheiros. -----

----- A Câmara Municipal estava a trabalhar para melhorar e na reunião de CMS de 17 de dezembro, aquando da votação do orçamento, que podia ser vista no canal do YouTube através das tecnologias, na intervenção que fizera, para além de uma análise global do orçamento, fizera uma descrição daquilo que era o reforço do investimento nas áreas que tutelava, e na área das tecnologias e sistemas de informação, estava a falar, em termos de compromissos plurianuais, de um investimento de uma ordem de 4 milhões de euros a 4 anos, e que em grande parte ia exatamente para reforço deste tipo de equipamentos, dos postos de trabalho, ou seja dos ditos computadores e de estações de trabalho, para reforço de outras infraestruturas como por exemplo os conectores que não eram mais do que infraestruturas que permitiam a ligação entre as diferentes aplicações e que já estavam a ser acautelados em parte, mas teria de ser reforçado em parte para a descentralização de competências, e também com um reforço nos servidores através de um sistema de virtualização de posto de trabalho que era um sistema com provas dadas e seria um investimento significativo para a autarquia, mas não era um investimento faraónico, nem era uma

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025





## Assembleia Municipal de Sesimbra

tecnologia de ponta. Era um investimento que em termos concretos resultava numa melhoria da velocidade de veiculação da informação através dos serviços da câmara e que permitiria um melhor trabalho à distância, um melhor acesso remoto, e uma melhor interação com os diferentes pontos e aplicações que a CMS queria sobretudo a partir de abril com a descentralização de competências. -----

-----Permitia inclusivamente menos gastos de energia e conseqüentemente menos impacto ambiental.

-----Este investimento estava a ser feito progressivamente também graças a uma equipa altamente resiliente do Gabinete que também seria reforçada em termos técnicos qualificados no âmbito tanto das aplicações como de engenharia de sistemas exatamente também para acautelar estas necessidades e era neste sentido que o trabalho estava a ser feito. -----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que questionou sobre os tempos usados por cada Bancada.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Ricardo Alves** que perguntou porque é que a AMS, à semelhança de outras assembleias municipais, não tinha um cronometro digital para saber em tempo real o tempo utilizado por cada grupo político e cada deputado. -----

-----**O Presidente da AMS** respondeu que essa era uma boa proposta para fazer ao Gabinete de Informação e Tecnologia. -----

-----Interveio a **Deputada Cláudia Mata** que reiterou a sugestão do Deputado Ricardo Alves, dizendo que não se compreendia porque é que não havia um ecrã com os tempos dos grupos municipais para todos saberem quanto tempo é que cada grupo municipal tinha falado em tempo real. -----

-----**O Presidente** disse que era tudo boas sugestões e as mesmas eram sempre acatadas pelo próprio como pela Mesa e por todos, mas parecia-lhe que havia muito trabalho antes disso, mas se calhar a seu tempo lá chegariam.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da CM** que disse que para se aproximarem daquilo que efetivamente era a boa gestão de tempos, também devia de ser ponderado aquilo que era efetivamente a gestão dos tempos face à proporcionalidade das forças políticas ou da sua representatividade, salvo melhor opinião.

-----**O Presidente da AMS** referiu que o Regimento da AMS estava a ser alvo de uma revisão, e naturalmente que todos iriam expressar as suas intenções a fim de completar o regimento que era, no seu entendimento, já bastante completo mas com lacunas que estavam a tentar ultrapassar. -----

-----Interveio novamente o **Deputado Sérgio Faias** que disse que por respeito aos colegas de todas as bancadas, porque tinham feito todos um esforço por respeitar os tempos que estavam no regimento para as intervenções de cada Grupo Municipal, podia um ou outro ter ultrapassado alguns segundos, mas todos

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

tinham feito esse esforço. Por esse motivo, tinha solicitado esclarecimentos porque não havia aqui igualdade dos tempos que estavam no regimento e também não concordavam com o que estava no no mesmo. Já há 4 anos não concordavam e tinham sido contra a divisão que o Sr. Presidente da CM acabava de referir. Explicou que tinha havido uma determinada lógica em que era importante que alguns grupos municipais não tivessem tempo de intervenção, mas agora estavam a ver um pouco das consequências dessa tentativa de limitação.-----

-----Disse ainda que daqui a umas semanas estariam aqui a discutir o novo Regimento, mas não podia deixar de passar a nota de que tinha existido um esforço de todas as bancadas para haver o cumprimento dos tempos do Regimento, no entanto nem todos tinham conseguido essa capacidade de síntese e a capacidade de fazer cumprir o regimento, porque era possível esclarecer sem ser necessário fazer explicações profundas que por vezes não ajudavam a esclarecer e faziam com que as pessoas se distraíssem e perdessem a nitidez sobre o tema que se estava a tratar. -----

-----Interveio o **Presidente da CM** que solicitou também os tempos utilizados pelos Vereadores.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que esta discussão não tinha nexo nenhum, porque o que se devia ter feito era a análise da atividade municipal de um determinado período, mas o que fizeram foi perguntar tudo e mais um “par de botas”, o que se tinha feito, o que se pensava fazer e o que se iria fazer. -----

-----Acrescentou que não deviam vir com a questão do tempo porque tinham extravasado no âmbito da discussão, e a mesa não havia cumprido com a limitação do espaço e a intervenção das pessoas ao assunto a ser discutido.-----

-----Disse ainda que o PSD não tinha consumido tempo nenhum porque vinham preparados para analisar a atividade do 3º trimestre de 2021, e não vinham preparados para vir para aqui fazer uma discussão ampla. Portanto, não era só a questão dos tempos, mas também a questão do cumprimento dos pontos da ordem de trabalhos, e não fazer PAOD's metidos num ponto do POD que não tinha nada a ver com grande parte do que se havia discutido. -----

-----Interveio o **Presidente da AMS** que disse que a Mesa, e o próprio enquanto presidente da mesma, não tinha qualquer tipo de problema em assumir publicamente alguma falha que eventualmente pudesse ter havido na gestão dos trabalhos, que era uma gestão partilhada com o Executivo Municipal e como todos os deputados presentes nesta assembleia. Se todos dessem os seus contributos, os trabalhos correriam de melhor forma.-----

-----Disse ainda que o trabalho da Mesa era um trabalho que passava de forma muito discreta, e era

Ata nº 6 – Mandato 2021-2025



## Assembleia Municipal de Sesimbra

isso que se pretendia numa assembleia deste género, pois quando o trabalho da Mesa era discreto, significava que todos estavam a fazer o seu trabalho, e quando a mesa tinha de intervir queria dizer que algo estava muito mal, não estando aqui a “sacudir a água do capote”, porque a Mesa não tinha qualquer problema em admitir as suas falhas e as suas responsabilidades.-----

-----De seguida, informando os tempos utilizados pelos intervenientes, disse que à exceção das Bancadas do PSD e do Chega, as restantes bancadas tinham totalizado 40 minutos de questões feitas ao Executivo. O Presidente da CM tinha utilizado 1 hora e 12 minutos, a Vice-Presidente 12 minutos, o Vereador José Polido 6 minutos, a Vereadora Argentina Marques 21 minutos e o Vereador Miguel Fernandes 20 minutos.-----

-----Disse que este tinha sido este o tempo utilizado sem diferenciar se o Presidente tinha utilizado 1 hora e 12 minutos para responder a 25 questões e se algum dos Vereadores tinha levado 20 minutos para responder a 2 questões. Estavam a falar estritamente de tempos utilizados a “grosso modo”.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, **O Deputado Pedro Mendes** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram zero horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou.-----